



PRIMEIRA INFÂNCIA

1º BALANÇO DA
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL PELA PRIMEIRA
INFÂNCIA 2018-2030

ANO DE 2019

RELATÓRIO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO PAULO



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

REALIZAÇÃO



CIDADE DE SÃO PAULO

Prefeito

Bruno Covas

COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretário de Governo Municipal
Rubens Rizek

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Berenice Maria Giannella

Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Ana Claudia Carletto

Secretário Municipal de Educação

Bruno Caetano

Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia

Juan Quirós

Secretário Municipal de Saúde

Edson Aparecido dos Santos

COMISSÃO TÉCNICA DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretaria de Governo Municipal

Karina Tollara d'Alkimin

Raissa Fontelas Rosado Gambi

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Ariane Maris Gomes Lacerda

Sylmara Andreoni Vettorello Ramires

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Isabela Grilo Pessoni

Cecilia Scifoni Bascchera

Secretaria Municipal de Educação

Fatima Bonifacio

Maria Camila Florêncio

Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

Mariana Correa Barra

Flavio Jimenez Verdi de Figueiredo

Secretaria Municipal de Saúde

Athenê Maria de Marco França Mauro

Juliana André Nunes

Coordenação Geral

Alexis Galias de Souza Vargas

Núcleo da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância

Karina Tollara d'Alkimin

Eduardo dos Anjos Barboza

Judith Zuquim

Raissa Fontelas Rosado Gambi

Outras Secretarias Envolvidas

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

Cid Torquato

Secretaria Municipal de Cultura

Hugo Possolo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Aline Cardoso

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Maurício Bezerra Landim

Secretaria Municipal de Habitação

João Farias

Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

Elisabete França

Secretaria Municipal de Subprefeituras

Alexandre Modonezi de Andrade

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

Eduardo de Castro

Projeto Gráfico e Diagramação

Bruno Gadelha Monteiro

Agradecimentos aos/às representantes dos Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância e aos/às demais profissionais das secretarias municipais que contribuem cotidianamente para a construção de redes e pontes entre as ações e serviços presentes nos territórios em prol do desenvolvimento das crianças na primeira infância e de suas famílias.

Lista de Siglas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas	Criança e do Adolescente
ACS - Agente Comunitário/a de Saúde	COTP - Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa
AEE - Atendimento Educacional Especializado	CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>)	CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância	CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
ART - Tratamento Restaurador Atraumático (<i>Atraumatic Restorative Treatment</i>)	CREN - Centro de Recuperação e Educação Nutricional
CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial	DHEG - Doença Hipertensiva Específica da Gravidez
CAPS IJ - Centro de Atendimento Psicossocial Infantojuvenil	DIU - Dispositivo Intrauterino
CCA - Centro para Criança e Adolescentes	DNV - Declaração de Nascido Vivo
CE – Centro Esportivo	DOC - Diário Oficial da Cidade de São Paulo
CEFAI - Centros de Apoio e Acompanhamento à Inclusão	DST– Doenças Sexualmente Transmissíveis
CEI – Centro de Educação Infantil	EAD – Ensino a distância
CEInfo - Coordenadoria de Epidemiologia e Informação	EJA - Educação de Jovens e Adultos
CEJAM - Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim	EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil
CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil	EOL - Escola Online
CET - Companhia de Engenharia e Tráfego	ESF – Estratégia de Saúde da Família
CEU - Centro de Educação Unificado	FDI - Federação Dentária Internacional
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	FESPSP - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
CME - Conselho Municipal de Educação – CME	FNDE - Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação
CMESCA - Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	FUMCAD - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
CMS - Conselho Municipal de Saúde	GCM - Guarda Civil Metropolitana
COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social	GIPP - Grupo Institucional do Poder Público
COMUSAN - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	GT - Grupo de Trabalho
CONAC - Conselho de Acompanhamento dos Convênios	HMCL - Hospital Municipal do Campo Limpo
Condeca-SP - Conselho Estadual dos Direitos da	IPAM - Instituto Paulista dos Magistrados
	LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Pessoas Trans e Intersex
	MIF - Mulheres em Idade Fértil
	MPT - Ministério Público do Trabalho

NAAPA - Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem

NPV - Núcleo de Prevenção de Violência

OCA – Orçamento da Criança e do Adolescente

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSS - Organização Social de Saúde

PAEF - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAP-CIL - Postos de Atendimento Presencial da Central de Intermediação em Libras

PCF – Programa Criança Feliz

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PMPI – Plano Municipal pela Primeira Infância

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAR - Pré-Natal de Alto Risco

PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade

PRTF - Programa de Transferência de Recursos Financeiros

RN - Recém-Nascido

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância

SASF – Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio

SBP - Sociedade Brasileira de Pediatria

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua

SEDS - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

SEME – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

SGM – Secretaria de Governo Municipal

SIGA - Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde

SIPIA/CT - Sistema de Informação para Infância e Adolescência / Conselho Tutelar

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMC – Secretaria Municipal de Cultura

SMDHC – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

SME – Secretaria Municipal de Educação

SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência

SMS – Secretaria Municipal da Saúde

SMSE-MA - Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

SMSU – Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SMSUB – Secretaria Municipal das Subprefeituras

SMT – Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes

SSP - Secretaria Estadual de Segurança Pública

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

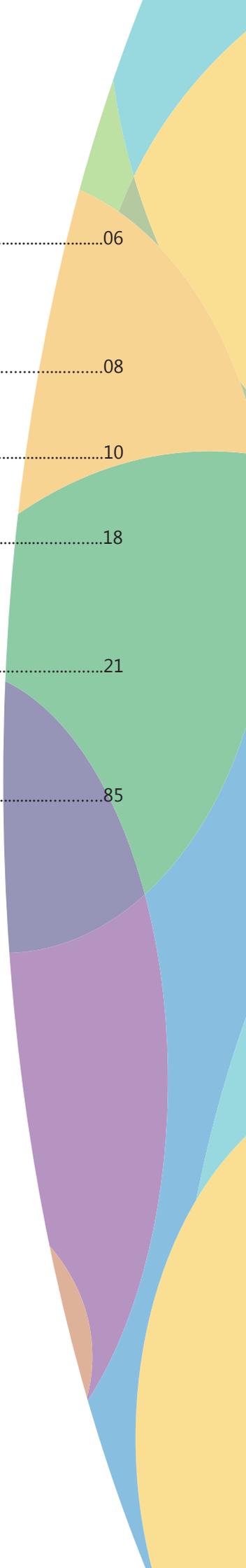
UBS – Unidade Básica de Saúde

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Sumário

INTRODUÇÃO	06
1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	08
2. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PMPI – 2019.....	10
GLOSSÁRIO.....	18
ANEXO I - PRINCIPAIS AVANÇOS E DESAFIOS DETALHADOS POR ESTRATÉGIA DO PMPI -2019.....	21
ANEXO II – PROGRAMA DE METAS 2019-2020 (PMSP) - OBJETIVO 14: REDUZIR A VULNERABILIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	85



Este relatório apresenta o **primeiro balanço da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018 - 2030 da cidade de São Paulo**, pelo Governo Municipal, referente ao ano de 2019.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) foi publicado em novembro de 2018, por meio do Decreto nº 58.514/18, que prevê a realização de ciclos anuais de avaliação do PMPI, a serem realizados na Semana Municipal da Primeira Infância, que ocorre todo ano, no início do mês de agosto. A previsão de ciclos de avaliação do PMPI atende à exigência prevista no inciso VI, do art. 4º, da Lei Municipal 16.710/17, de *“monitoramento permanente, avaliação periódica e ampla publicidade das ações e dos resultados”* das políticas públicas pela primeira infância, e é essencial para o acompanhamento e controle social da efetivação do PMPI.

A fim de contribuir para este processo e realizar o monitoramento interno da **Política Municipal Integrada pela Primeira Infância**, a Prefeitura de São Paulo elaborou o presente documento que tem como foco a **verificação da implementação das estratégias previstas no PMPI**, uma vez que este é também o foco do primeiro ciclo de avaliação do Plano. Assim, o relatório busca evidenciar as ações realizadas pelas diferentes áreas da Prefeitura, durante o período de janeiro a dezembro de 2019, compreendidas como **avanços** da Política Municipal pela Primeira Infância, assim como identificar os **desafios** que permanecem para os próximos anos uma vez que se trata de um plano de longo prazo.

O relatório foi elaborado pelo **Comitê Gestor Intersectorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância**, a quem compete monitorar e avaliar periodicamente a Política Municipal pela Primeira Infância, conforme Decreto nº 58.294/18. Para a realização deste trabalho, o Comitê contou com o apoio da **Comissão Técnica da Primeira Infância**, que foi responsável pelo desenho e a operacionalização da metodologia de levantamento e consolidação de dados, que envolveu 14 Secretarias Municipais – Governo (SGM), Educação (SME), Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Inovação e Tecnologia (SMIT), Pessoa com Deficiência (SMPED), Cultura (SMC), Esportes e Lazer (SEME), Mobilidade e Transportes (SMT), Habitação (SEHAB), Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET), Verde e Meio Ambiente (SVMA) e Subprefeituras (SMSUB).

O documento está organizado em quatro partes: além desta introdução, um primeiro capítulo que versa sobre a estrutura de governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, que foi sendo consolidada ao longo de 2019, e é um elemento chave para o sucesso da Política; um segundo capítulo que apresenta uma análise sobre os principais avanços e desafios identificados na implementação do PMPI em 2019; e dois Anexos, o I com informações mais detalhadas para cada uma das metas e estratégias do PMPI e o II com as metas e iniciativas relacionadas ao Objetivo 14 do Programa de Metas 2019-2020.

Além de figurar como insumo para a realização do primeiro ciclo de avaliação do PMPI, que contemplará, ainda, as contribuições do Legislativo Municipal, de organizações da sociedade civil e de conselhos de direitos, o relatório serve de **instrumento de autorreflexão e planejamento** para todos os atores do Governo Municipal envolvidos na implementação da Política pela Primeira Infância de modo a contribuir para a garantia de um desenvolvimento pleno para todas as crianças na primeira infância.

1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL INTEGRADA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Um dos desafios de políticas transversais, como é o caso da Primeira Infância, é a coordenação entre as diversas Secretarias que realizam ações que contribuem para o alcance de seus objetivos. A fim de promover a articulação intersetorial e a gestão integrada dos serviços e programas do Município voltados para a primeira infância, a Prefeitura instituiu uma estrutura de governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. Partindo do **Comitê Gestor Intersetorial**, previsto na Lei Municipal 16.710/17 e composto por Secretários/as Municipais das Secretarias de Governo (SGM), Saúde (SMS), Educação (SME), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Direitos Humanos e Cidadania e Inovação e Tecnologia (SMIT), foram criadas outras instâncias de governança, com desdobramentos em vários níveis administrativos. Uma delas é a **Comissão Técnica** da Primeira Infância, que presta o suporte técnico necessário à atuação do Comitê, e é composta por uma equipe de profissionais técnicos representantes das mesmas Secretarias que compõem o Comitê Gestor.

Outro elemento fundamental da governança da Política pela Primeira Infância são os 32 **Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância**, um para cada subprefeitura, criados no início de 2019, compostos por representantes da Secretaria de Saúde (SMS), da Secretaria de Educação (SME) e da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), que atuam diretamente nos territórios, estando previsto também o convite para a participação dos Conselhos Tutelares. Como parte de suas atribuições, estão a articulação, execução e monitoramento de ações conjuntas que visem à promoção e defesa dos direitos das crianças na primeira infância no seu território de abrangência, o que requer o seu fortalecimento constante. Os Comitês Gestores Regionais constituem-se como um elo fundamental para a concretização dos objetivos previstos no PMPI, promovendo e articulando os serviços voltados para as gestantes e crianças na primeira infância nos territórios, de acordo com as suas necessidades e especificidades, com o apoio das demais instâncias de governança.

Em 2019, foi nomeada, ainda, a **Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância**, instância mista, composta por representantes do Poder Executivo Municipal, Legislativo Municipal, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e duas entidades da sociedade civil, selecionadas a partir de um edital público de seleção. Cabe à Comissão, a análise periódica da execução das estratégias, do alcance das metas e do impacto da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, conforme estabelecido no Decreto nº. 58.514, de 14 de novembro de 2018, que instituiu o PMPI. A Comissão se configura como uma importante instância de controle social das políticas públicas para a primeira infância no município.

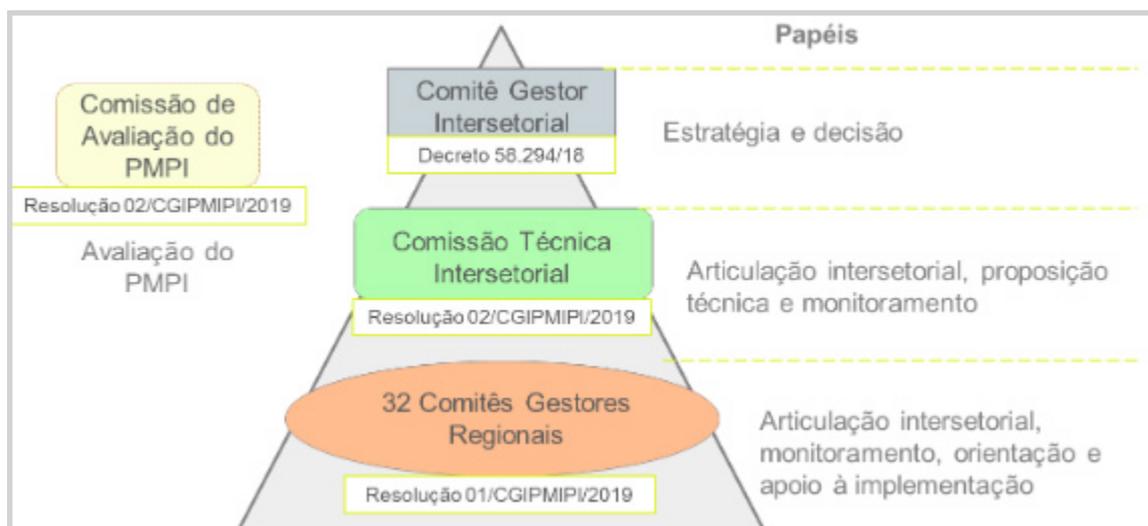


Figura 1. Esquema da Estrutura de Governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância da Cidade de São Paulo

A existência de espaços institucionais específicos, como conselhos e comissões, é fundamental para que uma política como a da primeira infância, que possui uma natureza intrinsecamente intersectorial, possa avançar. Ao mesmo tempo em que a primeira infância está relacionada a praticamente todas as Secretarias, é necessário que existam espaços para além das discussões específicas de cada uma das políticas setoriais, que possa auxiliar na identificação das potencialidades e na realização da intersectorialidade. Além de contribuir para a consolidação de uma cultura para a primeira infância que esteja presente não somente na prefeitura mas em toda a sociedade.

2. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PMPI - 2019

Este capítulo apresenta os principais avanços e desafios do Governo Municipal na implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), no ano de 2019, a partir das informações fornecidas pelas 14 Secretarias envolvidas na Política Municipal Integrada pela Primeira Infância.

No primeiro item são apresentadas, de forma resumida, por Eixo Estratégico do PMPI, as ações e resultados mais significativos, assim como destacados os principais desafios que permanecem para a Prefeitura, após o primeiro ano de implantação do PMPI. Na sequência, um segundo item apresenta o detalhamento dos avanços e desafios, organizados por meta e estratégia do PMPI. Conforme mencionado na introdução deste documento, o foco deste primeiro balanço é a averiguação da implementação das estratégias previstas no PMPI, de acordo com o primeiro ciclo de avaliação do Plano.

Resumo dos Principais Avanços e Desafios

A dedicação da Prefeitura na elaboração do Plano Municipal Integrado pela Primeira Infância, em 2018, criou as condições institucionais para que a Política pela Primeira Infância tivesse avanços expressivos no ano de 2019. Deste modo, importantes conquistas foram realizadas já em 2019, o primeiro ano de vigência do Plano, cuja duração é de doze anos.

O ano de 2019 foi marcado também pela inclusão da política integrada pela primeira infância no Programa de Metas da Prefeitura, que contempla as principais diretrizes programáticas da atual gestão, numa clara manifestação do compromisso do Prefeito Bruno Covas com a primeira infância e da priorização desta pauta na agenda do governo municipal. Assim, o Programa de Metas estabeleceu, em seu Objetivo Estratégico 14 – Reduzir a Vulnerabilidade na Primeira Infância, 3 metas e 16 iniciativas, todas elas ancoradas no Plano Municipal pela Primeira Infância. A síntese das metas e iniciativas previstas no Programa de Metas estão disponíveis no Anexo II deste relatório.

Outro ponto fundamental que orientou as ações da Política Municipal pela Primeira Infância em 2019 foi a identificação dos distritos mais vulneráveis para a primeira infância no Município, a partir da análise de 10 indicadores¹ específicos de primeira infância e de vulnerabilidade social, e a focalização de ações nestes territórios. A priorização de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade é uma diretriz do PMPI e foi, portanto, adotada também como diretriz na implementação da política municipal voltada para crianças de 0 a 6 anos e gestantes no Município.

1. Indicadores: Mortalidade infantil; Baixo peso ao nascer; Gravidez na adolescência; Mortalidade materna; Demanda por creche; Percentual de nascidos vivos cujas mães fizeram pelo menos 7 consultas pré-natal; Percentual de crianças de 0 a 6 anos beneficiárias do programa Bolsa Família; Expectativa de vida; Porcentagem de domicílios em favelas; Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2010). A partir destes indicadores, foram definidos os 10 distritos prioritários para a Política da Primeira Infância: Capão Redondo, Jardim Ângela, Grajaú, Pedreira, Cidade Tiradentes, Lajeado, Itaim Paulista, Iguatemi, São Rafael e Brasilândia.

EIXO ESTRATÉGICO I - Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

De modo a contribuir para o objetivo geral do Eixo Estratégico I do PMPI, foi estruturada e consolidada, ao longo de 2019, uma robusta estrutura de governança intersetorial para a política da primeira infância, envolvendo diversas secretarias municipais e também representações de outros órgãos e da sociedade civil. A governança envolve desde Secretários/as Municipais, no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, até os técnicos que atuam diretamente nos territórios e que compõem os trinta e dois Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, conforme descrito no capítulo anterior como forma de apoiar a atuação dos Comitês Gestores Regionais e também das equipes técnicas que atuam diretamente com a população, foram desenvolvidos protocolos integrados de atendimento. Em dezembro de 2019, foi publicado o protocolo de encaminhamentos entre os serviços de visita domiciliar, construído juntamente com as equipes técnicas da SMADS e da SMS, abrangendo o Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Básica no Domicílio (SASF), da SMADS, e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), da SMS. Iniciou-se também o processo de elaboração de um Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com o objetivo de contribuir para a formação de redes de atenção integral para as gestantes e crianças de 0 a 3 anos (primeiríssima infância).

Outro instrumento fundamental para a articulação e a gestão intersetorial é a integração entre as bases de dados das Secretarias de Saúde (SMS), Educação (SME) e Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Em 2019, foi desenvolvido o protótipo de um sistema integrado e firmado um contrato, com a empresa pública PRODAM, para o desenvolvimento de um sistema para todo o município. A partir deste sistema, será possível identificar o percurso da criança nos vários serviços e equipamentos da prefeitura municipal, assim como eventuais lacunas e oportunidades no atendimento das crianças.

De modo a contribuir para a diversificação das fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância, a prefeitura firmou diversas parcerias com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de ações para a primeira infância, por meio de Acordos de Cooperação Técnica ou do Edital de Doação específico para a Primeira Infância, publicado em 2019. Foi, também, inserida no Edital do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) de 2019 uma diretriz específica que contempla projetos voltados exclusivamente para a primeira infância (Diretriz 1). Como forma de garantir a transparência da destinação dos recursos públicos, foi publicado o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA), relativo ao ano de 2018, que possibilita identificar o quanto o município destina e gasta na promoção dos direitos e no desenvolvimento dessa população, mediante a aplicação de uma metodologia padronizada. Houve avanços também no desenvolvimento de uma metodologia para identificar, a partir do OCA, os recursos específicos para a primeira infância de modo a viabilizar a sua divulgação nos próximos anos, conforme previsto na Lei Municipal 16.710/17. No sentido também do fortalecimento da participação da sociedade no monitoramento e implementação do Plano, foi constituída, dentro da estrutura de governança, a Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, com a atribuição de realizar, anualmente, a avaliação da implementação das ações previstas no Plano. Composta pelas

Secretarias Municipais, pelo Poder Legislativo Municipal, pelo Conselho Tutelar, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e por duas entidades da sociedade civil, a Comissão é um importante instrumento para o controle social da política da primeira infância.

Como um plano de longo prazo, permanecem desafios relacionados ao Eixo I para os próximos anos, dentre os quais se destacam: o fortalecimento contínuo das instâncias da estrutura de governança e a integração permanente entre as várias políticas e ações realizadas pela prefeitura, tanto pelo estabelecimento de protocolos quanto pela integração das bases de dados, assim como o estabelecimento de padrões de qualidade para o atendimento da primeira infância e a consolidação desse sistema de avaliação intersetorial, com a participação da sociedade.

EIXO ESTRATÉGICO II - Garantir a todas as crianças na primeira infância o acesso à educação, cuidados e estímulos que contribuam para o seu desenvolvimento integral

O objetivo do Eixo Estratégico II envolve diversas metas e estratégias que são de grande relevância para a Política Municipal pela Primeira Infância. A garantia do atendimento na Educação Infantil, para crianças de 0 a 6 anos, é um compromisso tão importante para a Prefeitura, que além de fazer parte do Plano, integra também as metas 14.1 e 14.3 do Programa de Metas 2019-2020. Enquanto o atendimento na pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos, está universalizado, o acesso à creche é ainda um desafio. Em 2019, foram criadas 15.900 novas vagas em creche e, em dezembro, a fila de espera alcançou o menor patamar da história, com 9.670 crianças. Buscando avançar, ainda mais, nesta ampliação a prefeitura tem diversificado as suas estratégias. Em dezembro de 2019, foram lançados os Programas “Mais Creche” e “Bolsa Primeira Infância”, para crianças que ainda não foram atendidas por vagas. Enquanto o “Mais Creche” oferta a possibilidade de matrícula da criança em instituições de ensino filantrópicas e particulares, durante o período em que não acessa a rede municipal, o “Bolsa Primeira Infância” é destinado a crianças de 0 e 3 anos que aguardam vaga nos Centros de Educação Infantil - CEIs, cujas famílias estão cadastradas no CadÚnico, que estejam em situação de vulnerabilidade social e com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

Para a melhoria da qualidade da educação infantil, que também é uma das metas do PMPI, foram realizadas diversas ações, em 2019, de modo a contribuir para a implementação do Currículo da Cidade- Educação Infantil: formações continuadas, parcerias com organizações sociais, visitas pedagógicas, Jornadas Pedagógicas e a implantação do Programa Minha Biblioteca para a Educação Infantil, pela primeira vez. Foram disponibilizadas, em 2019, mais de 10 mil vagas em cursos de formação continuada *strictu sensu*, sendo que com a realização de duas Jornadas Pedagógicas no ano, o número de profissionais envolvidos chegou a 60 mil. Com o objetivo de promover o acesso e o incentivo à prática leitora e de estimular a inserção das famílias no processo de formação de leitores, o programa “Minha Biblioteca” garante a todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino Infantil o recebimento de livro apropriado à sua faixa etária, que passa a compor o seu acervo pessoal, além de assegurar o acervo de livros das unidades educacionais.

Como forma também de ampliar a participação das famílias em atividades voltadas para a primeira infância que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano, foi desenvolvido o projeto “Mediação de Leitura para a Primeira Infância” que envolve a oferta de serviços

de mediação de leitura em bibliotecas municipais. De modo a reforçar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e dos vínculos na primeira infância, que perpassa várias metas e estratégias, assim como uma das iniciativas previstas no Programa de Metas 2019-2020 (14.b), foram realizadas, em 2019, a primeira edição da Semana Municipal do Brincar, em maio, e a segunda Semana Municipal da Primeira Infância, em agosto, com uma intensa programação voltada tanto para a formação dos/as servidores/as municipais como para as famílias, crianças e cuidadores/as, em geral. Em dezembro de 2019, houve ainda o desenvolvimento de uma campanha informativa, no rádio e na televisão, para ampliar o conhecimento da sociedade sobre importantes serviços voltados para gestantes e crianças na primeira infância, tais como o Programa Mãe Paulistana, o Programa Mais Creche e o serviço de vacinação. Outra ação que tem como objetivo o fortalecimento dos vínculos parentais e dos cuidados com a primeira infância, foi a proposta e sanção da Lei nº 17.200/19, que prevê a ampliação da Licença Paternidade para servidores públicos municipais de 6 para 20 dias, assim como a extensão para três meses no caso de criança com deficiência. Com essa medida, a Prefeitura Municipal de São Paulo se alinha a uma tendência mundial, tanto no setor público quanto privado, de valorização dos vínculos parentais nos primeiros dias de vida de uma criança.

Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos, que é também uma das metas do Eixo II do PMPI, passa pela requalificação dos espaços públicos e pela ampliação da oferta de espaços lúdicos e acessíveis. Várias iniciativas do PMPI, além de duas iniciativas importantes do Programa de Metas, a 14.d e a 14.i, vão ao encontro do alcance deste objetivo. Uma das estratégias se refere à implantação de Territórios Educadores, que consistem na requalificação do espaço urbano nas proximidades de equipamentos de educação infantil, com intervenções de segurança viária e instalação de “trilhas” e “estações” educadoras com mobiliário lúdico-educativo, que estimule o desenvolvimento das crianças e a interação com seus pais/cuidadores no trajeto casa-escola. Em 2019, foram elaborados os primeiros estudos de moderação de tráfego nas áreas de intervenção para a criação de Territórios Educadores, bem como foi efetuada a contratação da SP Urbanismo para o desenvolvimento dos projetos de trilhas e estações educadoras a serem implantados nos 10 distritos prioritários para a primeira infância, conforme definido no Programa de Metas 2019-2020. Houve, ainda, o mapeamento de oito equipamentos culturais (Casas de Cultura) para a instalação de espaços lúdicos e educativos para crianças de 0 a 6 anos, a inauguração do Digilab Infante-Juvenil na Biblioteca Monteiro Lobato, e a implantação de dois parquinhos infantis inclusivos na Praça Santos Coimbra e no Parque Raul Seixas, no segundo semestre de 2019. Por meio da articulação com o setor privado, foi doado ao Município um parque infantil de 170 m², instalado na Praça da Independência, em Paraisópolis. Houve também a construção de áreas de lazer infantil (playground e/ou sala de recreação) em 22 empreendimentos habitacionais, com 4.772 unidades, do total de 25 entregues em 2019.

Como desafios do Eixo III, ressalta-se a garantia do acesso à creche para todas as crianças que necessitam e a manutenção da universalização da pré-escola, com a melhoria constante da qualidade. A ampliação do envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e dos vínculos requer também ações permanentes, além do fortalecimento de uma cultura voltada para a importância da primeira infância. Ampliar os espaços lúdicos e acessíveis e estimular a criação e a revitalização de espaços urbanos para a primeira infância, garantindo uma mobilidade segura e acessível, são formas de tornar a cidade mais acolhedora para as crianças e que devem ser permanentemente reforçadas na atuação da prefeitura.

EIXO ESTRATÉGICO III - Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

Em relação ao objetivo do Eixo Estratégico III, houve avanços importantes com a implantação, no Município, do Serviço de Acolhimento Familiar – Modalidade Família Acolhedora, também parte da iniciativa 14.j do Programa de Metas 2019-2020. O serviço organiza o acolhimento de crianças, afastadas do convívio familiar por meio de medida protetiva, em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Em 2019, foram celebradas as duas primeiras parcerias com organizações da sociedade civil para a implantação do serviço nas macrorregiões Sul e Norte, com capacidade para 30 crianças. Em relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) foram reordenados, em 2019, 16 SAICAS, com a alteração da capacidade de 20 para 15 vagas e ampliação do quadro de recursos humanos.

Os protocolos intersetoriais, citados anteriormente, são também instrumentos para a melhoria da identificação precoce de situações que requerem a atenção especializada para a realização do atendimento adequado dessa população, que muitas vezes necessitam da atuação de várias políticas. Em dezembro de 2019, foi publicada portaria conjunta das secretarias de Governo Municipal, Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social com um protocolo da visita domiciliar no qual são detalhados fluxos de encaminhamento e monitoramento quando há a detecção, na visita domiciliar, de situações que podem configurar alertas, no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF), da SMS, e do Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF), da SMADS. Esforços têm sido empreendidos para a melhoria dos serviços de visita domiciliar. Atualmente, as secretarias de Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social possuem equipes que a realizam, sendo necessário qualifica-las para o atendimento integrado e integral das crianças na primeira infância e articulá-las, conforme compromisso previsto também na iniciativa 14.k do Programa de Metas e em várias estratégias do PMPI. A visita domiciliar é um poderoso instrumento para a identificação de situações que configuram alertas e para o encaminhamento para a rede de serviços do município.

A proteção das crianças necessita de uma atuação articulada do poder executivo municipal com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Muitas destas articulações passam pela participação conjunta em comissões, como a Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA) e também a realização de formações e capacitações. Em outubro de 2019, houve a adesão, pelo Prefeito Bruno Covas, ao Pacto Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, e a criação de um Comitê Gestor e uma Comissão Técnica para o planejamento e a implementação de ações intersetoriais, que visem o enfrentamento de situações de violência contra crianças e adolescentes.

Em 2019, foi desenvolvida ainda, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP), formação sobre o Sistema de Informação para Infância e Adolescência / Conselho Tutelar (SIPIA/CT) para os conselheiros/as tutelares.

Com o intuito de ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres de pessoas com deficiência, foi disponibilizado, em 2019, avatar de tradução de texto para LIBRAS em todos os sites públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, além da concessão

do selo de Acessibilidade Digital para 54 sites de órgãos públicos municipais da Prefeitura e da instalação de 121 Postos de Atendimento Presencial PAP-CIL da Central de Intermediação em Libras em serviços públicos.

Em relação à garantia da proteção das crianças na primeira infância e da criação de condições para o exercício da sua cidadania, ressalta-se como desafio o aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos, com uma maior integração entre as várias políticas e órgãos envolvidos. Outro ponto importante é a garantia do acesso e a qualificação dos serviços de acolhimento, além do atendimento especializado e individualizados a todas as mães e gestantes em situações de alta vulnerabilidade social. Assim como a promoção de ações permanentes voltadas para cultura de paz e não violência contra a criança.

EIXO ESTRATÉGICO IV - Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

Para alcançar o objetivo do Eixo Estratégico IV do PMPI, é fundamental a ampliação da cobertura vacinal, a redução da desnutrição e da mortalidade infantil e materna, além da garantia do acesso a serviços públicos de saúde de qualidade, desde antes do início da gestação.

Em relação à cobertura vacinal das crianças na primeira infância, destaca-se que todas as vacinas do calendário nacional imunização estão disponíveis nas salas de vacina de todas as UBS do município de São Paulo. Em 2019, foram desenvolvidas ações específicas de capacitação e sensibilização das equipes de imunização nas diferentes coordenadorias regionais de saúde da cidade para abordagem e sensibilização dos pais e responsáveis, além de implementadas ações de busca ativa e diferentes estratégias para facilitar o acesso da população à vacinação, intensificando-a nos bolsões com baixa cobertura vacinal. Foram implementadas, ainda, diversas medidas para a melhoria do registro de doses de vacina aplicadas no sistema da Prefeitura, bem como no sistema nacional de registro de imunização, resultando na qualificação dos dados e diminuição de inconsistências. A cobertura vacinal faz parte também das iniciativas previstas no Programa de Metas 2019-2020 (14.n).

De modo a contribuir para a redução da desnutrição de gestantes e crianças e da obesidade na primeira infância, que também faz parte do escopo do Programa de Metas 2019-2020 (iniciativa 14.h) foram desenvolvidas, em 2019, 18.378 ações de promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis na cidade, pelas equipes de saúde, sobretudo nos territórios mais vulneráveis. Visando o monitoramento do estado nutricional e crescimento de crianças de 0 a 6 anos, e gestante, foram desenvolvidas diferentes ações, como a introdução de marcadores de consumo alimentar na atenção básica, a aquisição de equipamentos antropométricos e a capacitação das equipes para a avaliação antropométrica. Houve, ainda, o desenvolvimento e a publicação de três editais regionalizados, nas Zonas Sul, Leste e Norte, de modo a firmar parcerias com organizações da sociedade civil para a realização de cursos e oficinas voltados à alimentação saudável, nos distritos prioritários para a primeira infância. Foram realizadas, também, ações específicas de capacitação das equipes de atenção básica da saúde para a promoção do aleitamento, com foco nas regiões de alta vulnerabilidade do Município. Nas creches municipais, foram desenvolvidas ações em mais de 2000 unidades para

instrumentalizar as equipes dos CEIs a promoverem ações de incentivo e apoio ao aleitamento materno, além de divulgar às famílias e à comunidade escolar sobre a possibilidade e a importância de manutenção da amamentação após o ingresso dos bebês nas CEIs. A campanha “CEI Amigo do Peito” concedeu, em 2019, o selo CEI Amigo do Peito a 280 unidades, o que representou um aumento de 200% em relação a 2018.

Várias ações foram desenvolvidas, em 2019, para a ampliação e qualificação da assistência à gestação, ao parto e ao recém-nascido, que estão presentes também no Programa de Metas 2019-2020 (iniciativa 14.m). Houve a reestruturação do Programa Mãe Paulistana e a contratação de 40 apoiadoras para atuarem nas maternidades municipais, responsáveis pelo agendamento direto da 1º consulta do recém-nascido na atenção básica. Em 2019, do total de gestantes acolhidas para o pré-natal, 86,5% tiveram a primeira consulta até a 12ª semana de gestação. Houve também aumento do número de gestantes captadas pelas equipes do Consultório na Rua, assim como o acompanhamento das gestantes vulneráveis. Foram realizadas, também, capacitações das equipes para a realização de testes rápidos de sífilis nas 6 Coordenadorias Regionais de Saúde e implementadas medidas específicas para garantir o tratamento adequado e a vigilância de gestantes com sífilis. Do número total de gestantes que realizaram o pré-natal em 2019, 80,5% realizaram sete ou mais consultas no Município de São Paulo. O percentual de gestantes adolescentes no município de São Paulo, em 2019, foi de 9,5%, tendo sido realizadas, em 2019, 470 ações sobre o tema “Direito sexual e reprodutivo/prevenção DST/AIDS”, atingindo 23.704 participantes no âmbito do Programa Saúde na Escola, além do aumento substancial da distribuição de preservativos femininos.

A proporção de partos vaginais na cidade de São Paulo, considerando a rede pública e a privada foi de 46%, em 2019, já na rede SUS esse percentual foi de 63,6%. Em 2019, ocorreram 407 partos naturais no Centro de Parto Humanizado Casa Ângela, do Município, o que representou um aumento de 16,6% em relação a 2018. Para o acompanhamento do recém-nascido, foram implementadas medidas específicas, em 2019, para garantir a realização da primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento, assim como para garantir a realização da primeira consulta de puerpério na atenção básica em até trinta dias após o parto, como a contratação de profissionais apoiadoras para atuarem nas maternidades municipais, citada anteriormente. Em 2019, foram realizados diversos esforços, como o fortalecimento das investigações da saúde nos casos de morte de Mulheres em Idade Fértil (MIF), a realização de reuniões conjuntas com hospitais e o desenvolvimento de nota técnica para UBS e Hospitais para orientação às gestantes e parturientes dos riscos e benefícios do parto normal e cesárea, além do funcionamento do sistema de referência e contra referência UBS/ambulatório de Pré-Natal de Alto Risco (PNAR).

De modo a contribuir para a redução da mortalidade de crianças por acidente, conforme previsto no PMPI, foram realizadas, em 2019, capacitação em prevenção de acidentes dos profissionais dos 10 territórios com maior vulnerabilidade na primeira infância no município, conforme definido no Programa de Metas 2019-2020, assim como campanhas de conscientização da população sobre o tema da prevenção de acidentes na primeira infância, de forma regionalizada.

Alguns desafios são de longo prazo e exigem a continuidade e o fortalecimento das ações desenvolvidas ao longo de 2019. Dentre estas, cabe destacar a importância de reduzir, ainda mais, os coeficientes de mortalidade materna e infantil, conforme assinalado no PMPI. Aumentar a cobertura vacinal e reduzir a desnutrição de gestantes e crianças na

primeira infância, assim como a obesidade infantil. Aumentar a prevalência dos partos normais e humanizados, reduzir os casos de sífilis congênita e detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes e crianças na primeira infância são também desafios que estão sendo enfrentados.

Não seria possível finalizar esta síntese dos principais avanços e desafios sem ressaltar que o Plano Municipal pela Primeira Infância é uma política pública do município de São Paulo, de longo prazo, que perpassará várias gestões municipais. Embora o ano de 2019 tenha sido de muitos avanços, que evidenciam o compromisso desta gestão com a primeira infância, permanecem desafios para os próximos anos que contribuem, sobretudo, para o rompimento dos ciclos de perpetuação das desigualdades sociais, raciais, territoriais, que marcam a nossa cidade e que se refletem, de maneira perversa, no desenvolvimento pleno das crianças.

Os desafios envolvem também o constante envolvimento e acompanhamento da sociedade civil, e demais órgãos públicos, para o alcance das metas previstas. A melhoria da articulação e da integração entre as várias políticas e as secretarias setoriais, assim como a necessidade do envolvimento de toda a sociedade e de outros órgãos, como o poder legislativo e os vinculados ao sistema de garantia de direitos, fazem parte do conteúdo de várias metas e estratégias do Plano. A obrigatoriedade da elaboração periódica de relatórios de monitoramento sobre as ações realizadas pela prefeitura no âmbito do Plano Municipal pela Primeira Infância, assim como uma avaliação anual, a ser realizada pela Comissão de Avaliação do PMPI, na Semana Municipal pela Primeira Infância, são instrumentos importantes para conferir transparência às ações realizadas e possibilitar o controle social. Como desafios importantes para o monitoramento e avaliação do PMPI, destaca-se a importância de avançar no sentido do desenvolvimento de indicadores quantitativos, quando pertinente, na coleta e apresentação das informações de forma regionalizada, e no envolvimento das crianças e famílias no processo de monitoramento e avaliação. Outro ponto importante é a inserção de informações que considerem as desigualdades raciais na cidade de São Paulo.

Glossário

Para saber mais sobre alguns dos termos utilizados

Atenção Básica: é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

Controle social: envolve mecanismos para a efetivação da participação social na formulação e no acompanhamento da implementação das políticas públicas, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

Educação Infantil: é a primeira etapa da educação básica e possui como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Envolve as creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e a pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Governança: pode ter vários sentidos. Aqui, é compreendida como os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, nos termos definidos pelo Tribunal de Contas da União.

Intersetorialidade: envolve a articulação entre diversos sujeitos, áreas e políticas públicas, com diferentes perspectivas e saberes, que se organizam e se unem para enfrentar determinadas situações e problemas.

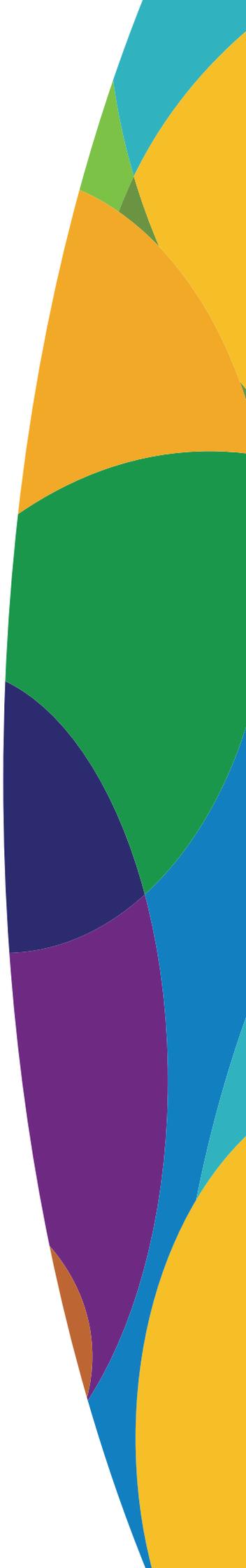
Medidas Protetivas: ações ou programas de caráter assistencial, aplicadas isolada ou cumulativamente, quando a criança ou adolescente estiver em situação de risco, ou quando da prática de ato infracional conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990).

Política transversal: perpassa diferentes órgãos, instâncias, ações e políticas públicas.

Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: representa a articulação e a integração entre os diversos atores do Estado e da sociedade civil na promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos da infância e da adolescência previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Compõe o Sistema de Garantia de Direitos, os órgãos públicos do sistema judiciário; as polícias militar, civil e federal; os conselhos tutelares; as entidades de defesa de direitos humanos; os conselhos dos direitos de crianças e adolescentes e os diversos outros conselhos que atuam na discussão, formulação e controle de políticas públicas.

Visitação Domiciliar: envolve a ida periódica e planejada das equipes técnicas ao domicílio das famílias e/ou indivíduos a fim de alcançar determinados objetivos estabelecidos pela política pública. É uma estratégia que tem sido utilizada principalmente nas áreas da saúde e da assistência social.

Vulnerabilidade: comporta diferentes definições. No âmbito do Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030, entende-se por vulnerabilidade a junção de duas situações: a exposição a contingências e tensões e a dificuldade para lidar com elas. A vulnerabilidade social está relacionada à dimensão material da existência – condições precárias de vida, privação ou ausência de renda e precário ou nulo acesso aos serviços públicos. A vulnerabilidade relacional decorre de experiências vivenciadas de violência, conflito, isolamento, confinamento, abandono, apartação, desvalorização, exploração, preconceito e discriminação. É comum que as vulnerabilidades social e relacional sejam concomitantes.



ANEXOS



**ANEXO I - PRINCIPAIS
AVANÇOS E DESAFIOS
DETALHADOS POR
ESTRATÉGIA DO PMPI - 2019**

EIXO ESTRATÉGICO I

Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.	1.1. Desenvolver uma estrutura de governança intersetorial que reja as políticas públicas para a primeira infância	Estrutura de governança intersetorial estruturada ao longo do ano de 2019. Ao longo do ano de 2019, houve a criação e a estruturação de várias instâncias que apoiam a articulação intersetorial e a implementação da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. Em fevereiro de 2019, foram instituídos 32 Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância (Resolução SGM/CGIPMIPI nº1), um em cada uma das Subprefeituras, compostos por representantes da SMS, SME e da SMADS. Pela Resolução SGM/CGIPMIPI nº2, de julho de 2019, houve a institucionalização da Comissão Técnica da Primeira Infância, composta por técnicos das mesmas secretarias que compõem o Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal pela Primeira Infância, criado em junho de 2018, composto pela SGM, SMIT, SMDHC, SMS, SMADS e SME; bem como a criação da Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, composta por representantes do Poder Executivo, Legislativo, Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e duas entidades da sociedade civil, selecionadas para o biênio 2019-2021, a partir de um Edital de Seleção Pública (SGM 04/2019) para o cadastramento e eleição, pelas próprias entidades cadastradas, das organizações representantes.
	1.2. Criar mecanismos que promovam a atuação articulada do executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.	A atuação articulada do Executivo com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente passa pelas representações em algumas Comissões Municipais, principalmente pela Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (CMESCA), coordenada pela SMADS. Constituída pelo Decreto nº 48.358, de 17/05/2007, alterada pelo Decreto nº 57.992/2017, é composta pelos seguintes órgãos do Sistema de Garantia de Direitos: Conselhos Tutelares, representados pela Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo; Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU; Guarda Civil Metropolitana - GCM; Secretaria Estadual de Segurança Pública - SSP; Ministério

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>		<p>Público do Trabalho - MPT; Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Núcleo Especializado da Infância e da Juventude; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Coordenadoria da Infância e da Juventude. Visando mobilizar a sociedade brasileira e convocá-la para o engajamento na conquista dos direitos das crianças e adolescentes e na luta pelo fim da violência sexual, anualmente a data 18 de maio é marcada como o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em maio de 2019, para marcar o início dessa data e ampliar a participação da sociedade, a CMESCA organizou um evento temático, com seminário e oficinas, que contou com a participação de mais de 300 pessoas, entre profissionais da rede de atendimento às crianças e adolescentes, das áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Sistema de Garantia de Direitos, além de estudantes, sociedade civil e parceiros.</p>
	<p>1.3. Dar transparência à destinação de recursos para a primeira infância no orçamento.</p>	<p>Elaborado e publicado, em 2019, o primeiro Orçamento Criança e Adolescente (OCA) do município de São Paulo, relativo ao ano de 2018, e desenvolvidos estudos para a adaptação da metodologia para a elaboração de um Orçamento da Primeira Infância. O objetivo geral do OCA é identificar o montante de recursos públicos destinados à proteção e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (0 a 18 anos incompletos).</p>
	<p>1.4. Ofertar serviços integrados, adequados às idades, situações e condições das famílias.</p>	<p>Uma das formas para melhorar a oferta dos serviços e para integrá-los é o desenvolvimento de protocolos integrados e foi um dos principais focos da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, em 2019. Neste sentido, foi desenvolvido, em 2019, um protocolo integrado de encaminhamentos entre os serviços de visita domiciliar (Portaria conjunta SGM/SMADS/SMS nº 12, de 11 de dezembro de 2019), assim como iniciado o desenho de um protocolo integrado de atenção à primeiríssima infância, ambos como o objetivo promover a oferta e a gestão integrada dos serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância das áreas da saúde, educação e assistência social.</p>
	<p>1.5. Compatibilizar as divisões administrativas das secretarias municipais.</p>	<p>A compatibilização das divisões administrativas entre as diversas secretarias municipais permanece como um desafio para os próximos anos na medida em que cada política setorial possui uma lógica</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>		<p>e uma forma de se organizar territorialmente. A criação dos Comitês Gestores Regionais, em 2019, organizados por Subprefeitura, foi um caminho intermediário encontrado para mitigar alguns dos desafios impostos pela diferentes divisões administrativas e possibilitar uma maior articulação intersetorial nos diferentes territórios da cidade.</p>
	<p>1.6. Criar uma identificação cadastral unívoca para todas as gestantes, crianças de até 72 meses e suas famílias, a ser adotada nos sistemas de informação de todas as secretarias municipais.</p> <p>1.7. Integrar os prontuários de dados de todas as secretarias municipais que atendem na primeira infância.</p>	<p>Houve avanços, em 2019, na integração de dados das Secretarias de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social, bem como na construção de uma visualização integrada de dados. Entretanto, a criação de uma identificação cadastral unívoca é uma estratégia que ainda requer a realização de estudos sobre a viabilidade e também definições sobre qual seria o tipo de cadastro mais adequado e factível. De todo modo, esta é uma questão que envolve também outras esferas governamentais, uma vez que em algumas políticas setoriais os dados cadastrais são compartilhados.</p>
	<p>1.8. Consolidar uma estrutura de gestão e governança local baseada na criação de comitês regionais nos territórios.</p>	<p>32 Comitês Gestores Regionais da Política Municipal Integrada pela Primeria Infância criados. Em fevereiro de 2019, foram criados os 32 Comitês Gestores Regionais (Resolução SGM/CGIPMIPI, nº01), um para cada região das Subprefeituras. Para garantir o funcionamento destes Comitês, que possuem como uma de suas atribuições a articulação, execução e o monitoramento de ações conjuntas que visem à promoção e defesa dos direitos das crianças na primeira infância no seu território de abrangência, foram realizados, em 2019, três encontros regionalizados nos meses de abril, outubro e novembro, com os representantes dos 32 Comitês Gestores Regionais, visando a estruturação do seu trabalho. Tendo em vista as limitações e os desafios decorrentes das diferentes divisões administrativas dos territórios e da tradição do trabalho setorizado, é imperativo que a atuação dos Comitês seja permanentemente fortalecida por meio da mobilização constante dos seus integrantes e seu envolvimento com as pautas da primeira infância.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p>1.9. Desenvolver um sistema de informação que acione os serviços públicos diante de alertas sobre riscos relacionados ao desenvolvimento infantil enfrentados pela população na primeira infância.</p>	<p>Protótipo do Sistema Integrado desenvolvido e contratada empresa (Prodam) para a estruturação do mesmo. No primeiro semestre de 2019, foi desenvolvido um protótipo de integração de dados relacionados à primeira infância, de um distrito da cidade, contemplando informações básicas das secretarias de Educação, Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social, conforme parâmetros definidos no âmbito da Comissão Técnica da Primeira Infância. A partir deste projeto piloto, foi assinado, no segundo semestre de 2019, contrato com a empresa pública Prodam para a integração de dados e estruturação de um Sistema Integrado da Primeira Infância para todo o município. Por meio deste, será possível identificar o percurso das crianças de 0 a 6 anos em alguns dos serviços e equipamentos da Prefeitura, assim como possíveis lacunas no atendimento. Permanece como desafio a integração de outras bases de dados, que possam auxiliar na identificação de situações de alerta a partir do cruzamento dos dados.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p>1.10. Desenvolver e implantar protocolos integrados de atendimento na primeira infância.</p>	<p>Protocolo de encaminhamentos entre os serviços de visitação domiciliar desenvolvido e protocolo para a integração dos serviços voltados para a primeiríssima infância (0 a 3 anos) em desenvolvimento. O alcance de um atendimento integrado e de um olhar integral para a primeira infância passa pelo estabelecimento de protocolos integrados de atendimento. Em dezembro de 2019, foi publicado o protocolo integrado de encaminhamentos entre os serviços de visitação domiciliar (Portaria conjunta SGM/SMADS/SMS nº 12, de 11 de dezembro de 2019), construído juntamente com as equipes técnicas da SMADS e da SMS, abrangendo o Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF), da SMADS, e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), da SMS. Iniciou-se também o processo de elaboração de um Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Este Protocolo tem como objetivo contribuir para a formação de redes de atenção integral a partir da definição de fluxos intersetoriais de atendimento (inclusive encaminhamento e notificação) e monitoramento, que orientem o trabalho dos/as diversos envolvidos/as nos serviços prestados pela Prefeitura às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos. Em 2019, foi realizado um diagnóstico dos serviços, programas e projetos das secretarias de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social, voltados para a primeira infância, de modo a subsidiar a elaboração do protocolo, que deverá ser finalizado em 2020. Houve avanços, ainda, na construção de diretrizes intersetoriais, voltadas para a garantia de direitos sexuais e direitos reprodutivos, assim como para a prevenção e atenção integral à gravidez de adolescentes, que devem ser finalizadas em 2020. Esta construção é produto de uma parceria entre a PMSP e o Unicef, no âmbito da Plataformas dos Centros Urbanos (2017-2020), estando envolvidas várias secretarias municipais, além de organizações, como a Plan International, Instituto Kaplan, Ecos Comunicação em Sexualidade e Associação Santa Fé. Para que os protocolos integrados sejam, de fato, implementados, é fundamental que a sua construção envolva todos os níveis das secretarias, num processo constante de diálogo e melhoria, haja vista que a integração é um processo gradual.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>	<p>1.11. Integrar e qualificar os serviços de visitação domiciliar com vistas a garantir maior cobertura territorial e foco na primeira infância.</p>	<p>Qualificação dos serviços de visitação domiciliar pelas secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e Saúde e melhoria da integração por meio de Protocolo Integrado. No âmbito do processo de elaboração do protocolo de visitação domiciliar, anteriormente citado, foram realizadas oficinas com os profissionais das secretarias de saúde e assistência social e também dos territórios; mapeamento e análise dos processos de visitação dos programas Estratégia de Saúde da Família e Criança Feliz; redesenho, com a participação das equipes dos territórios, dos processos dos dois serviços visando sua integração sob um protocolo comum e construção de fluxo de informação e notificação entre as Secretarias de Saúde e Assistência e Desenvolvimento Social, visando à complementação dos programas. De modo a qualificar a visitação domiciliar, sobretudo com foco nas famílias com crianças na primeira infância, a SMADS realizou diversas ações junto aos Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASFs), dentre as quais, destacam-se: (1) projeto piloto realizado nos distritos Jd. Ângela e Brasilândia para aprimorar o registro dos dados da visitação domiciliar e definir critérios mais eficientes na seleção do público-alvo dos SASFs, considerando o perfil social e vulnerabilidades das famílias; (2) articulação com a Empresa Privada AMLHX-Serviços de Assessoria Ltda. para capacitação técnica (workshop e oficina de repertório) de 45 Gestores de Parceria de CRAS, 75 Técnicos e 54 Orientadores Socioeducativos de SASFs; (3) curso EAD, promovido pela equipe de Educação Permanente do Programa Criança Feliz (PCF) do Ministério da Cidadania sobre "A Promoção do Desenvolvimento Infantil e o Programa Criança Feliz"; (4) monitoramento do PCF em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP e UNESCO ; (5) Prêmio Primeira Infância em São Paulo, promovido pela Nívea e a Plan Internacional Brasil, com apoio da Prefeitura da Cidade de São Paulo, como reconhecimento e fortalecimento de boas práticas no atendimento à Primeira Infância. Público alvo: Escolas, UBS e Serviços de Assistência Social à Família (SASFs). Nesta primeira edição, de 2019, o premiado na categoria Assistência Social foi o SASF Capão Redondo I; (6) desenvolvimento de estudo etnográfico realizado pela integrante do Conecta Criança Feliz, Thais Pola, para aprimorar a intersetorialidade do PCF por meio de ações articuladas entre Saúde e Assistência Social. O objetivo foi compreender como a intersetorialidade entre as duas políticas tem acontecido nos</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Gerir de forma integrada os serviços, benefícios e programas voltados à primeira infância.</p>		<p>territórios, por meio de entrevistas com gestores da Coordenação de Proteção Social Básica da SMADS, com famílias acompanhadas pelo SASF Vila Maria, assim como com os/as orientadores/as socioeducativos/as e técnicos/as dos SASFs. Para a qualificação e integração dos serviços de visitação domiciliar, promoveu-se o contínuo fortalecimento da intersectorialidade por meio de toda a governança da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, sobretudo dos Comitês Gestores Regionais, que possibilita uma intensa troca de conhecimentos entre os profissionais que atuam no território sobre a rede de serviços existente, e configura-se como uma estratégia fundamental.</p>
<p>2. Implantar padrões de qualidade para o atendimento na primeira infância, considerando o desenvolvimento individual das crianças e a especificidade de cada serviço.</p>	<p>2.1. Definir padrões mínimos de qualidade para os serviços públicos destinados à população na primeira infância.</p> <p>2.2. Avaliar anualmente os serviços ofertados pela Prefeitura para a população na primeira infância.</p> <p>2.3. Consolidar um sistema de avaliação intersectorial do desenvolvimento na primeira infância.</p>	<p>Permanece um desafio para os próximos anos a definição de padrões de qualidade mínimos padronizados para todos os serviços da Prefeitura voltados à primeira infância.</p> <p>A medição e avaliação do desenvolvimento de uma criança na primeira infância é algo extremamente complexo, que demanda a captura e a análise criteriosa das diferentes dimensões que compõem o desenvolvimento infantil, de forma que a criança seja considerada na sua integralidade. A elaboração de uma metodologia que permita a avaliação dos diversos indicadores do desenvolvimento na primeira infância permanece, assim, um desafio para a política municipal, bem como para a avaliação dos impactos da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância no desenvolvimento das crianças do município de São Paulo. Conforme registrado no próprio PMPI, sugere-se que esse sistema de avaliação seja desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior e da sociedade civil especializadas na temática da primeira infância, dada a sua complexidade.</p>
<p>3. Garantir a formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância.</p>	<p>3.1. Consolidar um modelo de formação continuada, baseado em redes locais intersectoriais, que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.</p>	<p>Modelo de formação continuada estabelecido nas áreas da Assistência Social, Educação e Saúde, que inclui a temática da Primeira Infância, mas que é ainda predominantemente setorial. Em 2019, a consolidação dos Comitês Gestores Regionais foi um importante avanço no sentido da consolidação de um modelo de formação baseado em redes locais intersectoriais que segue como um desafio para os próximos anos. Em 2019, diversas formações voltadas para a primeira infância ocorreram nas secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde e Educação. Na Secretaria de Assistência Social, foram ofertadas</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Garantir a formação de servidores, agentes parceiros e outros atores do sistema de garantia de direitos para atuarem de maneira ativa e propositiva no atendimento à população na primeira infância.</p>	<p>3.1. Consolidar um modelo de formação continuada, baseado em redes locais intersetoriais, que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.</p>	<p>capacitações específicas para a Primeira Infância, dentre as quais se destacam: (1) Formação "Guia para Visita Domiciliar", para 12 trabalhadores de Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - SASF, realizada no território de Guaianases, em julho de 2019; (2) Formação "Escola da Família Acolhedora", parceria com a Escola Prima Montessori e Prof^{fa} Edimara de Lima, para 127 trabalhadores de diferentes serviços da secretaria, distribuídas em 6 turmas, entre janeiro e novembro; (3) Formação "Descobrir Brincando", doação do Instituto Cyrella, para 44 Gestores de Parceria (SMADS), 81 trabalhadores de SASFs, entre agosto e novembro de 2019. A Secretaria de Educação possui um modelo de formação continuada voltado para diversas temáticas contidas no currículo da Educação Infantil e que engloba categorias profissionais, em diferentes escaladas da gestão escolar (professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, assistentes técnicos/as, diretores/as, supervisores/as, diretores/as pedagógicos/as, diretores/as regionais, etc.). Esse modelo inclui desde cursos de formação continuada <i>strictu sensu</i> até encontros periódicos que ocorrem todas as semanas, meses ou uma vez por semestre. Em 2019, foram disponibilizadas mais de 10 mil vagas em cursos de formação continuada <i>strictu sensu</i>. No entanto, considerando as Jornadas Pedagógicas, realizadas entre os profissionais da gestão escolar e professores duas vezes por ano, o número de profissionais envolvidos chega a 60 mil. As Jornadas são um importante momento em que se discutem os desafios relacionados à gestão escolar e a como realizar o acompanhamento das aprendizagens. Foram realizadas também 685 Visitas Pedagógicas nas Unidades Educacionais, nas quais se busca dialogar sobre o cotidiano de bebês e crianças e o fazer dos educadores junto aos Coordenadores/as Pedagógicos/as para que estes/estas aperfeiçoem o seu acompanhamento. A Secretaria de Saúde estruturou capacitações específicas para a primeira infância para os profissionais dos 10 Distritos mais vulneráveis. As capacitações foram elaboradas em conjunto com a área da saúde da criança e adolescente da Atenção Básica e com a Escola Municipal de Saúde (curso EAD – elaborado em conjunto com a Escola Municipal de Saúde e Atenção Básica). Também foram realizados treinamentos para tutores como forma de garantia para disseminação dos conteúdos. Em 2019, foi realizado o primeiro módulo: Aleitamento materno e alimentação saudável com foco na parentalidade positiva. Foram capacitados, 206 profissionais e 20 tutores da Região Leste. Estão previstos os próximos módulos, com as seguintes</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
		temáticas: Módulo II: Atenção integral à criança. – Parceria PLAN International; Módulo III: Acidentes na infância e maus tratos e; Módulo IV: Trabalho Infantil - em articulação com a Escola Municipal de Saúde para capacitação à distância (plataforma em construção).
<p>4. Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPI/São Paulo.</p>	<p>4.1. Consolidar mecanismos de participação da sociedade no monitoramento e controle das políticas públicas para a primeira infância.</p>	<p>Criada, em julho de 2019, a Comissão de Avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância, uma importante instância de controle social das políticas públicas para a primeira infância no município. Composta por representantes do Poder Executivo (SGM, SMS, SME, SMADS, SMDHC e SMIT), Poder Legislativo Municipal, Conselho Tutelar, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e duas entidades da sociedade civil, a Comissão possui como atribuição principal a análise da execução das estratégias, do alcance das metas e do impacto da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância. O artigo 8º, do Decreto nº 58.514, de 14 de novembro de 2018, que instituiu o PMPI estabeleceu também a obrigatoriedade da disponibilização, em meio eletrônico, dos relatórios produzidos pelo colegiado.</p>
	<p>4.2. Promover a participação social nos conselhos de direitos e de controle social das políticas para a primeira infância.</p>	<p>Na estrutura de governança da Política Municipal pela Primeira Infância, a participação social se dá no âmbito da Comissão de Avaliação do PMPI, que possui como atribuição a análise do cumprimento e alcance das metas e estratégias do Plano. Estão nela representadas, além de secretarias municipais, o Poder Legislativo Municipal, o Conselho Tutelar, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e duas organizações da sociedade civil, eleitas por meio de um processo de seleção pública. Para além desta instância específica da Política Municipal pela Primeira Infância, o Município conta com diversos outros conselhos com participação da sociedade civil, que envolvem políticas para a primeira infância: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; o Conselho Municipal de Educação - CME; o Conselho Municipal de Saúde - CMS; o Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS; o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMUSAN; o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres; entre outros.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Promover a participação social no monitoramento e na implementação do PMPi/São Paulo.</p>	<p>4.3. Desenvolver estratégias de divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância a fim de promover o envolvimento da sociedade e das famílias na sua implementação</p>	<p>Consolidação da Semana Municipal do Brincar e da Semana Municipal pela Primeira Infância, previstas no calendário oficial da cidade de São Paulo, como momentos importantes para a divulgação do Plano Municipal pela Primeira Infância e para a realização de uma programação intensa de debates e atividades. Em 2019, foi realizada a primeira edição da Semana Municipal do Brincar, entre os dias 25 de maio e 02 de junho, com a realização de ações de capacitação voltadas para servidores que atuam diretamente com crianças na primeira infância, e atividades lúdicas voltadas para crianças e seus/suas cuidadores/as. No segundo semestre, entre os dias 01 e 07 de agosto, foi realizada a segunda edição da Semana Municipal da Primeira Infância. A programação envolveu uma cerimônia solene com a presença do Prefeito e de Secretários Municipais, a entrega do selo "CEI Amigo do Peito", palestras, rodas de conversa e debates sobre temas relevantes para a primeira infância e o Plano Municipal pela Primeira Infância, tais como aleitamento materno, alimentação saudável, acolhimento familiar, cuidados na primeira infância, entre outros. Foram promovidas ainda, atividades lúdicas para toda a família, como o evento cultural <i>SlowKids</i>, no final de semana dos dias 03 e 04, com diversas atividades ao ar livre voltadas para bebês, crianças e seus cuidadores. Entre os dias 05 e 07 de agosto, as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Educação e Esportes e Lazer desenvolveram várias ações descentralizadas em seus equipamentos e serviços, voltadas para a promoção do desenvolvimento integral de crianças na primeira infância. Houve, ainda, a distribuição de versões impressas do Plano Municipal pela Primeira Infância aos participantes de alguns eventos da Semana.</p>
<p>5. Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância</p>	<p>5.1 Desenvolver e aprimorar estratégias de financiamento de projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.</p>	<p>Publicado Edital de Doação específico para a Primeira Infância e estabelecidos Acordos de Cooperação Técnica com organizações da sociedade civil. No que se refere ao orçamento municipal, a redução da vulnerabilidade na primeira infância foi inserida como um dos objetivos estratégicos do Programa de Metas 2019-2020, o que demonstra a prioridade, inclusive orçamentária, da temática para o governo. Houve avanços também no desenvolvimento de uma metodologia para visualizar, de forma mais clara, os investimentos da Prefeitura na primeira infância dentro do orçamento municipal, conforme apresentado na estratégia 1.3. Foi também inserido no Edital do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD) de 2019 uma diretriz específica que contempla projetos voltados exclusivamente para a primeira infância (Diretriz 1).</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Diversificar as fontes de recursos para o atendimento integral na primeira infância</p>	<p>5.2 Promover parcerias do poder público com a iniciativa privada, ONGs e instituições filantrópicas, nacionais e internacionais, para viabilizar projetos e programas voltados ao atendimento na primeira infância.</p>	<p>Novas parcerias firmadas com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, assim como houve a continuidade de parcerias já estabelecidas em 2018, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas para a primeira infância, a saber: Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Memorando de Entendimento com o UNICEF; Acordo de Cooperação Técnica com a Nivea BDF e a Plan International Brasil; e Acordo de Cooperação Técnica com o Laboratório de Educação.</p>

EIXO ESTRATÉGICO II

Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
1. Garantir atendimento a todas as crianças de 0 a 3 anos	1.1. Assegurar, até 2025, atendimento da Educação Infantil para 75% das crianças de zero a 3 anos ou 100% da demanda registrada, o que for maior.	Criadas 15.900 novas vagas para o atendimento na Educação Infantil de crianças de 0 a 3 anos e registrada, em dezembro de 2019, a menor fila da história, com 9.670 cadastros. Em dezembro de 2019, foram registradas 552.813 matrículas e compatibilizações na Educação Infantil, sendo 334.560 para creche e 218.253 para Pré-Escola.
	1.2. Garantir condições de mobilidade segura e acessível para que as crianças possam acessar os equipamentos públicos.	Transporte Escolar Gratuito (TEG), Rota Escolar Segura e Programa Pedestre Seguro são algumas das ações que contribuem para a mobilidade segura e acessível das crianças . O Transporte Escolar Gratuito (TEG) é um programa que garante o acesso à escola às crianças entre os 4 e 12 anos de idade, matriculadas na Rede Municipal de Ensino, para as quais não foi possível disponibilizar uma vaga em uma unidade até 2 km de casa. Ele atende também estudantes com deficiência ou doenças crônicas que precisam de transporte para ir e voltar da escola, mesmo que morem a uma distância menor. A distância entre a casa e a escola é calculada automaticamente pelo sistema Escola Online (EOL), a partir dos dados da matrícula, considerando a rota a pé. Se no percurso houver barreiras que representem um risco, como avenidas sem semáforo ou faixa de pedestre, a criança também poderá ser beneficiada, ainda que more a menos de 2 km quilômetros da escola. Para faixa etária de 4 e 5 anos, são atendidas 30.825 crianças. Visando a segurança das crianças e dos pedestres, em geral, em 2019, foi implantada a Rota Escolar Segura do Jardim Nakamura e o Programa Pedestre Seguro, que envolve a ampliação dos tempos semafóricos para o pedestres de em média 20%, em 10 vias do município: Parada Pinto, Guapira, Itaberaba, Vila Ema, Nª Sª do Sabará, Giovanni Gronchi, Salim Farah Maluf, Alcântara Machado, Nordestina, Consolação.

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p>2.1. Garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 e 5 anos de idade.</p>	<p>Garantida a manutenção da universalização da Educação Infantil para as crianças de 4 e 5 anos, com todas as solicitações de vaga na rede municipal atendidas dentro de 30 dias. Em dezembro de 2019, foram registradas 552.813 mil matrículas e compatibilizações na Educação Infantil, sendo 334.560 para creche e 218.253 para Pré-Escola.</p>
	<p>2.2. Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola</p>	<p>Fortalecidas instâncias intersetoriais, como a Comissão Técnica e os Comitês Gestores Regionais, e identificadas possibilidades para o estabelecimento de rotinas que possibilitam diferentes estratégias para a busca ativa. Na área da Assistência Social, os equipamentos socioassistenciais realizam o encaminhamento das famílias ao identificarem crianças fora da escola no atendimento social. Os Serviços de abordagem à população em situação de rua, por exemplo, acompanham e realizam encaminhamentos das famílias com filhos e filhas, para todas as políticas públicas, inclusive a educação. Ademais, todas as crianças acolhidas na rede socioassistencial da SMADS tem uma interface com SME para o atendimento.</p>
	<p>2.3. Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o atendimento em tempo integral, garantindo a acessibilidade.</p>	<p>Mapeados, em 2019, 8 equipamentos culturais (Casas de Cultura) para a instalação de espaços lúdicos e educativos para crianças de 0 a 6 anos, que constituem, inclusive, uma das iniciativas vinculadas ao Objetivo 14, que trata da redução das desigualdades na primeira infância, do Programa de Metas 2019-2020 da cidade de São Paulo. Foram realizadas, ainda, pela SMC conversas com a comunidade local para definir o escopo dos espaços lúdicos e educativos a serem instalados nesses equipamentos. Em diversos Centros Esportivos, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, há a oferta de atividades que contemplam a primeira infância, como o CEL Emerlino Matarazzo (jazz e Ballet), CE Jd. Sabará (Ballet), CE Mário Moraes (Ballet e Capoeira), CE Santana (Ballet), CE Tiquatira (Ballet), CE Vila Santa Catarina (Ballet), CEL JK (Ginástica Artística), CE Sto. Amaro (Ginástica Artística), CE Curuçá (Ginástica Artística), CE Vila Manchester (Ginástica Artística), CE Cambuci (Ginástica Artística), CE Jardim Cabuçu (Iniciação Esportiva), CE Jd. São Paulo (Capoeira), CE Vila Guarani - Capoeira. Além disso, importante ressaltar que na Secretaria de Educação todos os equipamentos, para serem considerados seguros, têm que seguir o definido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, o Novo Código de</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p>2.3. Mapear e requalificar os espaços públicos disponíveis para assegurar o atendimento em tempo integral, garantindo a acessibilidade.</p>	<p>Obras - Lei 16.642/2017 e o Decreto 57.776/17. Com relação à acessibilidade, a SME desenvolveu projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto a dos mobiliários e de sinalização, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004/2015, que aponta os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar contribuindo para o desenvolvimento inclusivo das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação de todos/as. Os equipamentos construídos atualmente já atendem a estes critérios. Do total de equipamentos da Educação, 1.945 são considerados acessíveis, sendo: 642 unidades totalmente acessíveis, ou seja, com edificação, espaço, mobiliário e equipamento que possa ser utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquela com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme os parâmetros definidos em norma técnica pertinente; 1303 Unidades com acessibilidade parcial (adaptação razoável, com 625 Unidades Educacionais com elevadores instalados e 505 Unidades Educacionais são térreas). Considerando que 67% da rede municipal atende a Educação Infantil, consideramos que: 430 unidades são totalmente acessíveis e 873 unidades são parcialmente acessíveis. A acessibilidade parcial se refere a modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, os direitos humanos e liberdades fundamentais.</p>
	<p>2.4. Promover a integração da rede de equipamentos públicos com espaços privados e das organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de melhorar o atendimento na primeira infância.</p>	<p>Parcerias realizadas, em 2019, para a formação dos/as educadores/as e para manutenção de Classes Hospitalares destinadas a bebês e crianças em tratamento de saúde, são alguns exemplos de parcerias realizadas pela SME. A SME tem realizado parcerias, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, que tem contribuído em ações de formação para os educadores: a parceria com Laramara no projeto "Brincar para Todos", visa fortalecer práticas pedagógicas em relação à deficiência visual e envolveu 150 professores; parceria com Fundação Volkswagen e a Organização Mais Diferenças - Projeto Brincar, que visa fortalecer práticas pedagógicas inclusivas e ampliar as possibilidades do brincar a partir de uma perspectiva acessível e inclusiva, envolvendo 1412 professores durante o ano de 2019. A manutenção de Classes Hospitalares destinadas a bebês e crianças em tratamento de saúde e impossibilitados/as de frequentar o centro</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Garantir atendimento integral às crianças de 4 e 5 anos</p>	<p>2.4. Promover a integração da rede de equipamentos públicos com espaços privados e das organizações da sociedade civil (OSCs) com o objetivo de melhorar o atendimento na primeira infância.</p>	<p>educacional no regime regular de atendimento é uma parceria com a Fundação Anônimo Prudente - Hospital A.C. Camargo e envolveu 300 profissionais em Seminário realizado. Foi estabelecido também Plano de Trabalho para a aplicação de avaliação por amostragem em 65 Unidades de EMEI e 65 CEIs da Rede Direta vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica da SGM com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.</p>
	<p>3.1. Consolidar um modelo de formação continuada, baseado em redes locais intersetoriais, que capacite todos os agentes públicos e da rede parceira que atendem a população na primeira infância para o atendimento integral.</p>	<p>Formações continuadas, parcerias com organizações sociais, visitas pedagógicas, Jornadas Pedagógicas, Programa Minha Biblioteca foram realizadas, em 2019, contribuindo também para a implementação do Currículo da Cidade: Educação Infantil. Além das formações continuadas descritas na estratégia 3.1, Eixo I, e das parcerias com organizações sociais como o "Mais Diferenças" e "AC Camargo" descritas no item 2.4, Eixo II, as equipes da SME também realizaram 685 Visitas Pedagógicas, duas Jornadas Pedagógicas que envolveram mais de 66 mil profissionais, a aquisição de 120 Títulos (livros) pelo Programa Minha Biblioteca para as crianças e suas famílias e ainda desenvolveram publicações como a Revista Magistério e outros documentos que são inseridos no Portal da Educação. Todas estas ações estão articuladas com o objetivo de implementar o Currículo da Cidade - Educação Infantil.</p>
<p>3. Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.2. Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.</p>	<p>Atendimento aos critérios de segurança nos equipamentos da educação, conforme definido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, o Novo Código de Obras - Lei 16.642/2017 e o Decreto 57.776/17. A SME se preocupa com a infraestrutura escolar, pois ela é essencial na preparação do ambiente educacional. Com relação à acessibilidade, a SME desenvolveu projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto a dos mobiliários e de sinalização, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004/2015, que aponta os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar contribuindo para o desenvolvimento inclusivo das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação de todos/as. Os equipamentos construídos atualmente já atendem a estes critérios (mais informações sobre acessibilidade na infraestrutura, vide item 2.3, Eixo II). Em 2019, por meio da SMPED houve a entrega para a SME</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.2. Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.</p> <p>3.3. Assegurar (até 2025) uma relação educando por docente no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho dos profissionais da educação, na seguinte</p>	<p>de equipamentos para criação de 13 novas salas de recursos multifuncionais para o aprendizado de alunos com deficiência, sendo 1 sala em cada uma das 13 DREs. Além disso, a SMPED entregou equipamentos de tecnologia assistiva para facilitação do aprendizado para 432 alunos com deficiência da rede municipal de ensino. Para a Política de Educação, o Educar é oferecer situações e constituir propostas que estejam vinculadas para atender às necessidades dos bebês e das crianças e a desafiá-los a compreender melhor o mundo e nele se situarem. E as Interações e o Brincar fazem parte desse educar na creche e pré-escola, motivo pelo qual aparecem como princípios para as ações pedagógicas nas Unidades Educacionais do Currículo da Cidade – Educação Infantil e também se reflete na infraestrutura e materiais de consumo disponibilizados aos equipamentos da Secretaria. Sabe-se que a brincadeira é de suma importância na vida da criança, pois oferece situações imaginárias, e, nesse processo a exploração do mundo a sua volta. O brinquedo atua como necessidade da criança, e inclui tudo aquilo que é motivo para ação. Conhecer as necessidades da criança com deficiência e os incentivos que são eficazes para colocá-la em ação é de extrema importância. É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera visual externa começando a entender o sentido funcional de conceitos ou de objetos. É na brincadeira que a criança conhece o que está a sua volta, entra em contato com o mundo externo e outras crianças, interagindo com o outro, superando desafios e limites. A Portaria nº 8.764/2016, em seu artigo 7º, estabelece as atribuições dos Centros de Apoio e Acompanhamento à Inclusão - CEFAI dentre outras, disponibilizar, com recursos fornecidos pela SME/DRE, materiais às unidades educacionais, bem como orientá-las quanto à utilização dos recursos financeiros para a aquisição de materiais e o desenvolvimento de suas ações voltadas ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, bem como o uso da informática educativa e o uso de Tecnologia assistiva aos estudantes que necessitem.</p> <p>Instrução Normativa de matrícula adequada à proposta do Plano Municipal de Educação com relação à proporção do número de educadores(as) por crianças nos agrupamentos/turmas da Educação Infantil: Berçário 1–7 bebês/1 educador(a); Berçário 2 – 9 bebês/1 educador(a); Mini Grupo 1 – 12 crianças/1 educador(a); Mini</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.5. Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda do processo de escolarização de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.</p>	<p>A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação infantil está em consonância ao disposto na Nota Técnica Conjunta N° 02/2015/MEC/SECADI/DPEE/SEB/DICEI, de 04 de agosto de 2015, que trata de Orientações para a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil. O atendimento educacional especializado aos bebês e crianças público da Educação Especial é realizado, preferencialmente, no contexto da Unidade Educacional e em seus diferentes espaços educativos, não substituindo as experiências oferecidas para todos os bebês e crianças, de acordo com as propostas pertinentes ao currículo da infância. A organização do AEE na Educação Infantil demanda a articulação entre o/a professor/a de referência do agrupamento/turma e o/a professor/a responsável pelo AEE, que atuam de forma colaborativa e articulada. Os serviços de Educação Especial assumem seu papel de apoio e suporte, por meio da oferta de recursos e estratégias especializadas, que visam responder às necessidades biopsicossociais do público da Educação Especial, por meio de serviços como: os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão, o Atendimento Educacional Especializado, as Escolas Municipais de Educação Bilíngue e Escola Pólo Bilíngues, os estagiários do “Programa Aprender Sem Limite” e os Auxiliares de Vida Escolar. Para os bebês e as crianças de 0 a 3 anos, matriculadas nos Centros de Educação Infantil – CEIs, CEMEIs e EMEIs, e para as crianças de 4 a 5 anos, matriculadas em EMEIs ou CEMEIs em período integral, o AEE é realizado no seu horário de frequência à unidade educacional, com atuação colaborativa entre os/as professores/as responsáveis pelo AEE colaborativo ou itinerante e os demais profissionais da U.E. Enquanto que as crianças de 4 e 5 anos, com matrícula na EMEI ou no CEMEI em período parcial, poderão ser encaminhadas para o AEE no contraturno escolar, após avaliação pedagógica/estudo de caso que indique não ser possível o atendimento nas formas previstas nos incisos I e III do art. 23, da Portaria nº 8.764/2016, utilizando-se como critério a necessidade específica da criança em relação às atividades próprias de AEE elencadas no art. 22. Em 2019, tivemos 59 matrículas na Educação Infantil, e oferecemos 13 classes diferentes, com 19 professores, para atender a este público.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Melhorar a qualidade da educação infantil</p>	<p>3.6. Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.</p> <hr/> <p>3.7. Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação, buscando fortalecer a autonomia da gestão escolar e aprimorar mecanismos efetivos de controle social e acompanhamento das políticas educacionais no Município.</p>	<p>Ações realizadas para incentivar o acompanhamento de bebês e crianças pelas famílias/responsáveis nas ações pedagógicas: reuniões semestrais na entrega dos Registros de Acompanhamento, o portfólio individual e do grupo, fotos, filmagens, produções das crianças e relatório com a trajetória percorrida pelo bebê e criança. Este relatório deve conter os avanços, desafios, descobertas, percursos vivenciados, assinalando os caminhos possíveis que alcançou. A participação dos familiares/responsáveis também se dá na aplicação dos Indicadores de Qualidade no primeiro semestre, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo (DOC) - mais informações no portal da SME: http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/25101.pdf</p> <p>Outra ação importante relacionada tanto ao incentivo da participação dos pais ou responsáveis como para efetivação de uma gestão mais democrática é o Programa de Transferência de Recursos Financeiros (PTRF) que possui como objetivo o fortalecimento da participação da comunidade escolar no processo de decisão sobre o destino dos recursos repassados para manutenção e melhorias das Unidades Educacionais. Ao longo de 2019 foram repassados 84 milhões de reais às mais de 900 unidades de educação infantil, por meio das várias ações que o compõe (PTRF Básico, Rolê Cultural, Imprensa Jovem e Formação), para serem utilizados na implementação de projetos pedagógicos, desenvolvimento de atividades educacionais, contratação de serviços, compra de materiais de consumo e permanentes e manutenção, conservação e pequenos reparos das unidades educacionais. Em média, cada unidade de educação infantil recebeu 90 mil reais. Além do PTRF, as unidades de educação infantil receberam o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do governo federal - mais informações estão disponíveis na página eletrônica do referido programa: https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pdde</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</p>	<p>4.1. Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.</p>	<p>1.475 Unidades Educacionais do município de São Paulo cadastradas, em 2019, no Programa Saúde na Escola (PSE) que promove a articulação das ações das áreas de educação e saúde, sendo realizadas mais de 47.862 ações que alcançaram 2.130.721 educandos em todas as regiões da cidade . Para o ano de 2019/2020, foram planejadas em conjunto pelas equipes de saúde e das escolas envolvidas: (1) Ações de combate ao mosquito <i>Aedes aegypti</i>; (2) Promoção das práticas corporais, da atividade física e do lazer nas escolas; (3). Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas;(4). Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos; (5) Prevenção das violências e dos acidentes; (6) Identificação de educandos/as com possíveis sinais de agravos de doenças em eliminação; (7) Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor; (8) Verificação e atualização da situação vacinal; (9) Promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil; (10). Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos/as com possíveis sinais de alteração; (11) Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; (12). Promoção da saúde ocular e identificação de educandos/as com possíveis sinais de alteração.</p> <p>Na educação, há também o incentivo ao acompanhamento das ações pedagógicas de bebês e crianças pelas famílias/responsáveis por meio de reuniões semestrais na entrega dos Registros de Acompanhamento, o portfólio individual e do grupo, fotos, filmagens, produções das crianças e relatório que reflita a trajetória percorrida pelo bebê e criança, que deve conter os avanços, desafios, descobertas, percursos vivenciados, assinalando os caminhos possíveis para alcançou. Além disso, foi estabelecido como contrapartida para o acesso ao programa "Bolsa Primeira Infância", que atende a crianças que aguardam vaga em CEI, a participação dos pais em formações bimestrais com temas sobre parentalidade e cuidados com a primeira infância. Na assistência social, houve a continuidade do Programa Criança Feliz no contexto dos 54 Serviços de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASFs) do município, com articulação das áreas de educação, assistência social e saúde, envolvendo a participação dos profissionais da Saúde em atividades temáticas como gravidez precoce, controle da natalidade, cuidados parentais e a articulação com a educação para as demandas da Primeira Infância relacionadas às vagas nos Centros de Educação Infantil (CEIs).</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</p>	<p>4.2. Criar um plano de comunicação sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância.</p>	<p>Realizadas, em 2019, as Semanas Municipal do Brincar, em maio, e a Semana Municipal da Primeira Infância, em agosto, e Campanha Informativa, em rádio e TV, com os serviços essenciais para gestantes e para primeira infância, em dezembro. Em 2019, as ações de comunicação da Prefeitura sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância foram focadas, sobretudo, nas Semanas do Brincar e da Primeira Infância, realizadas em maio e agosto, respectivamente. Nestas ocasiões foram promovidos eventos e debates que abordaram os diferentes aspectos do desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos e sua relevância para o desenvolvimento humano, como um todo, bem como da sociedade. Em dezembro foi realizada, ainda, uma campanha informativa sobre os serviços essenciais para gestantes e crianças de 0 a 6 anos, que também contemplava mensagens sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância.</p>
	<p>4.3. Sensibilizar a sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público, a fim de ampliar a percepção sobre a importância de espaços acessíveis adequados à primeira infância.</p>	<p>O estabelecimento de ações para sensibilização da sociedade sobre os mecanismos de exclusão e invisibilidade das crianças na primeira infância no espaço público permanecem como um desafio para os próximos anos. Entretanto, essa temática está sendo trabalhada no programa Territórios Educadores, ao qual pode ser vinculada uma estratégia de comunicação e sensibilização sobre a importância da presença das crianças no espaço público.</p>
	<p>4.4. Promover a ampliação do período da licença paternidade no setor público e privado.</p>	<p>Sancionada, em outubro de 2019, a lei municipal nº 17.200, que permite aos servidores municipais estender de 6 para 20 dias o período da licença paternidade, bem como ampliar para 3 meses no caso de criança com deficiência. Com essa medida, a Prefeitura Municipal de São Paulo se alinha a uma tendência mundial, tanto no setor público quanto privado, de valorização dos vínculos parentais nos primeiros dias de vida de uma criança. Um dos princípios objetivos da medida é contribuir para o fortalecimento do vínculo parental e dos cuidados na primeira infância, uma vez que geram reflexos importantes para o desenvolvimento das crianças ao longo de toda a sua vida. A expectativa é que esta iniciativa se expanda cada vez mais, tanto no setor público quanto privado. Em 2019 a Prefeitura iniciou, também, o desenvolvendo de um curso à distância sobre paternidade responsável, em parceria com a ANDI, Rede Nacional Primeira Infância - RNPI e Fundação Bernard van Leer.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Ampliar o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização dos cuidados e vínculos na primeira infância</p>	<p>4.5. Criar um prêmio de reconhecimento para ações de impacto na primeira infância para órgãos do governo, sociedade civil e iniciativa privada</p>	<p>Lançamento e entrega, em 2019, do Prêmio "Primeira Infância em São Paulo", em parceria com a Plan International Brasil e a Nivea BDF. O prêmio visou conhecer, destacar e premiar boas práticas de atendimento à primeira infância nos serviços da rede municipal direta e conveniada de saúde, educação e assistência social na zona sul da cidade, área de atuação da Plan International Brasil. Foram selecionadas três experiências consideradas boas práticas, uma em cada área de atuação, e os vencedores foram contemplados com um prêmio em equipamentos e/ou materiais com valor de até R\$5.000.</p>
<p>5. Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<p>5.1. Adequar as calçadas e o transporte público para garantir mobilidade segura e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.</p>	<p>Para a melhoria da segurança e da acessibilidade no transporte público, em 2019, foram assinados os novos contratos do sistema de ônibus e entregues 2.471 novos ônibus para o sistema municipal, todos com acessibilidade. Realizadas também 17 obras de menor porte voltadas para o transporte coletivo e lançado o Programa Travessia Segura. Os novos contratos permitirão a reorganização e modernização da frota e de todo o sistema. As mudanças terão início um ano após a assinatura, ocorrida em setembro de 2019, e serão realizadas de forma gradativa, levando até três anos para sua conclusão. Principais destaques: aumento da cobertura das vias atendidas dos atuais 4.680 km para 5.100 km; ampliação de 10% na capacidade de transporte de passageiros; e eliminação da sobreposição de linhas e redução nos intervalos entre os ônibus. Em 2019, 99% da frota do sistema municipal de ônibus possuía acessibilidade, o que auxilia na locomoção das pessoas com deficiência, idosos, crianças e/ou seus cuidadores/as. As obras de menor porte realizadas se referem à melhorias em plataformas de embarque, barreiras de proteção e retorno operacional. O Programa Travessia Segura, implantado em 2019, consiste na implantação de extensão de calçadas para redução da distância de travessia do pedestre, ampliando e privilegiando os espaços destinados aos pedestres no viário paulistano em 100 pontos da cidade. Em 2019, o programa foi implantado em 9 pontos da cidade. Readequação e manutenção das calçadas definidas como prioritárias no Plano Emergencial de Calçadas (PEC). Os serviços incluem execução de requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<p>5.2. Estimular a criação e revitalização de espaços urbanos, ociosos ou não, tornando-os áreas verdes ou praças com espaços de brincar acessíveis, por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada ou sociedade civil, prevendo mecanismos que garantam sua preservação, a fim de promover a integração família/criança/natureza.</p>	<p>Efetivação de uma parceria, em novembro de 2019, com as empresas Globosat e Erê Lab para doação e instalação de um parquinho infantil na Praça da Cidadania, em Paraisópolis, Vila Andrade.</p>
	<p>5.3. Ampliar a oferta de espaços lúdicos e acessíveis, em equipamentos públicos e privados, considerando as especificidades da primeira infância, o princípio do livre brincar e a convivência intergeracional.</p>	<p>Mapeados, em 2019, 8 equipamentos culturais (Casas de Cultura) para a instalação de espaços lúdicos e educativos para crianças de 0 a 6 anos, inaugurado o Digilab InfantoJuvenil da Biblioteca Monteiro Lobato e implantados 2 parquinhos infantis inclusivos. Em novembro de 2019, foi inaugurado o Digilab Infanto Juvenil da Biblioteca Monteiro Lobato, em parceria com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. O Digilab é o primeiro espaço de Inclusão Digital direcionado às crianças de São Paulo, com equipamentos modernos, mobiliário atrativo, e adaptado para às crianças e aos adolescentes, com atividades inclusivas e também exclusivas ao público infanto-juvenil (5 a 16 anos). Essa ação contempla as crianças de 5 a 6, período final da primeira infância. Em 2019, foram mapeados 8 equipamentos culturais (Casas de Cultura) localizados em distritos prioritários para a Primeira Infância, conforme definido no Programa de Metas 2019-2020, ou próximos a esses distritos. Foram realizadas ainda conversas com a comunidade local para definir o escopo dos espaços lúdicos e educativos a serem instalados nesses equipamentos. O parquinhos inclusivos foram instalados na Praça Santos Coimbra em agosto de 2019 e no Parque Raul Seixas, em setembro de 2019. Os brinquedos são adequados para o uso por crianças com deficiência visual, física e cognitiva e igualmente pelos pequenos que não as possuem. Todos são produzidos com materiais ecologicamente corretos, para propiciar a troca de experiências e a oportunidade de brincar de forma segura, ampliando suas experiências motoras, cognitivas e sensoriais. Os espaços e equipamentos da educação seguem todas as diretrizes de acessibilidade conforme informado na estratégia 3.2 do Eixo II.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Tornar o ambiente da cidade mais acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos</p>	<p>5.4. Estimular a criação de territórios educadores com a participação de equipamentos públicos e privados, promovendo parcerias para sua preservação.</p>	<p>Elaborados, em 2019, os primeiros estudos de moderação de tráfego nas áreas de intervenção para a criação de Territórios Educadores, bem como foi efetuada a contratação da SP Urbanismo para o desenvolvimento dos projetos de trilhas e estações educadoras. A iniciativa Territórios Educadores consiste na requalificação do espaço urbano no entorno de equipamentos de educação infantil, com intervenções de segurança viária e instalação de "trilhas" e "estações" educadoras com mobiliário lúdico-educativo, que estimule o desenvolvimento das crianças e a interação com seus pais/cuidadores. O programa é realizado conjuntamente pela Secretaria de Governo, Secretaria de Mobilidade e Transporte, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Educação, Companhia de Engenharia e Tráfego (CET), São Paulo Urbanismo e Secretaria de Subprefeituras. A implantação do programa, que também faz parte das iniciativas previstas no Programa de Metas 2019-2020, se estenderá até o final de 2020 nos 10 territórios prioritários para a Primeira Infância, a saber: Capão Redondo, Jardim Ângela, Grajaú, Pedreira, Cidade Tiradentes, Lajeado, Itaim Paulista, Iguatemi, São Rafael e Brasilândia.</p>
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.1. Desenvolver ações durante a Semana do Brincar visando a sensibilização das famílias, dos cuidadores e da sociedade em geral sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.</p>	<p>22 empreendimentos (4.772 unidades habitacionais) do total de 25 entregues em 2019 com área de lazer infantil (playground e/ou sala de recreação).</p> <p>Primeira edição da Semana Municipal do Brincar realizada entre os dias 25 de maio e 02 de junho de 2019, com atividades voltadas tanto para a formação de servidores na temática do brincar, quanto oficinas e vivências lúdicas para as crianças e cuidadores/as. A Semana, inserida no calendário oficial do município pela Lei nº 16710 de 11 de outubro de 2017, tem por objetivo sensibilizar a sociedade sobre a importância do brincar e ampliar a participação das famílias paulistanas em atividades lúdicas que estimulem o desenvolvimento da criança e favoreçam as relações humanas. Estas atividades ocorreram em parques, praças, equipamentos culturais e de educação de todas as regiões da cidade. As famílias puderam participar de atividades como teatro infantil, oficinas de construção de brinquedos, contação de histórias, oficinas de malabarismo, bolhas de sabão, capoeira, experimentação musical e muito mais. As ações de formação para servidores e</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.1. Desenvolver ações durante a Semana do Brincar visando a sensibilização das famílias, dos cuidadores e da sociedade em geral sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral da criança.</p>	<p>a oferta de atividades aconteceram em várias secretarias e equipamentos públicos. Para os/as analistas da Secretaria de Esportes, Coordenadores de Equipamentos Esportivos, Gestores Locais e Regionais, num total de 180 pessoas, foi realizada a Oficina "Um Novo Olhar sobre o Brincar" . O objetivo foi sensibilizar gestores, educadores, profissionais, pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes, propiciando reflexões sobre a importância do brincar para o desenvolvimento integral infantil, os impeditivos para a implementação do direito de brincar e as propostas de ações para a sua efetivação. O conteúdo teórico possibilitou aos participantes o conhecimento da legislação e direitos do brincar. Já o conteúdo prático proporcionou oportunidades lúdicas, sensibilizando e encorajando os participantes a multiplicarem suas experiências, e ampliar o repertório de brincadeiras para crianças em seus espaços de atuação. Na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, houve a realização de atividades em 27 SASFs , no período de 27 a 31 de maio, com objetivo de sensibilizar a sociedade sobre a importância do Brincar e a essência da infância . Pretendendo demonstrar que o brincar é fundamental para o desenvolvimento integral da criança e do ser humano e essencial para a construção de uma infância digna. As atividades foram desenvolvidas no formato de oficinas lúdicas e educativas para crianças de 0 a 6 anos, preferencialmente, possibilitando o envolvimento de seus familiares/cuidadores/as em atividades como: brincadeiras diversas com elementos não estruturados, brincadeiras tradicionais, oficina de construção de brinquedos, vivências com brinquedos diferenciados, jogos de tabuleiro, jogos ao ar livre, entre outros. Além das ações realizadas nos próprios SASFs, os eventos também foram promovidos em parques e em integração com outros serviços da proteção social básica, como os Centros para Criança e Adolescentes (CCAs). Foram realizadas também diversas ações voltadas para educadores/as, cuidadores/as e familiares, nos Centros de Educação Unificados (CEUs) no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (mais informações: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-promove-atividades-para-a-semana-mundial-do-brincar / https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/ceus_smb.pdf</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.2. Sensibilizar gestantes, famílias, cuidadores e a comunidade do entorno das crianças de 0 a 6 anos para a utilização e preservação de locais para a primeira infância e para a participação em atividades culturais, esportivas e de lazer.</p>	<p>Nas ações realizadas na primeira edição da Semana do Brincar, ocorrida em maio de 2019, a Prefeitura procurou enfatizar a importância da participação de crianças, e também de seus cuidadores, em atividades lúdicas, sobretudo em locais públicos e ao ar livre. Assim, procurou-se incentivar uma maior participação deste público em atividades culturais, esportivas e de lazer, bem como a utilização e preservação dos locais voltados para crianças. A implementação do programa Territórios Educadores, cujo desenvolvimento iniciou-se em 2019, também é uma oportunidade para sensibilizar as famílias e a comunidade em geral, sobre a importância das atividades lúdicas e da preservação dos espaços voltados ao lazer das crianças na cidade.</p>
	<p>6.3. Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais, garantindo acessibilidade.</p>	<p>Ampliação da oferta de atividades para a primeira infância em equipamentos culturais, em 2019, por meio do projeto "Mediação de Leitura para Primeira Infância" e da inauguração do Digilab infante juvenil da Biblioteca Monteiro Lobato. O Projeto "Mediação de Leitura para a Primeira Infância" tem como objetivo oferecer, pelo menos, um serviço de mediação de leitura para primeira infância, de agosto a novembro de 2019, em 25% das bibliotecas da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB), responsável por coordenar 54 bibliotecas na cidade de SP. Pelo menos, 21 bibliotecas atingiram a meta prevista para 2019.</p> <p>Em novembro de 2019, foi inaugurado o Digilab Infante Juvenil da Biblioteca Monteiro Lobato, em parceria com a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. O Digilab é o primeiro espaço de Inclusão Digital direcionado às crianças de São Paulo, com equipamentos modernos, mobiliário atrativo, e adaptado para às crianças e aos adolescentes, com atividades inclusivas e também exclusivas ao público infante-juvenil (5 a 16 anos). Essa ação contempla as crianças de 5 a 6, período final da primeira-infância. Foi inserida também, no Programa de Metas 2019-2020, uma iniciativa, vinculada ao Objetivo Estratégico 14, da redução</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.3. Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais, garantindo acessibilidade.</p>	<p>da vulnerabilidade das crianças na primeira infância a instalação de espaços lúdicos e educativos para crianças de 0 a 6 anos em equipamentos culturais localizados nos distritos prioritários para a primeira infância. Em 2019, foram mapeados 8 equipamentos culturais (Casas de Cultura) localizados em distritos prioritários e próximos a esses distritos para a primeira infância. Foram realizadas ainda conversas com a comunidade local para definir o escopo dos espaços lúdicos e educativos a serem instalados nesses equipamentos.</p>
	<p>6.4. Ampliar a oferta de atividades físicas e modalidades esportivas nos equipamentos públicos para crianças na primeira infância com e sem deficiência.</p>	<p>Em 2019, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) ofertou em seus centros esportivos atividades que contemplam a primeira infância, sendo elas: Ballet, Basquete, Capoeira, Futebol, Futsal, Ginástica Artística, Iniciação esportiva, Jazz, Judô, Karatê, Natação, Patinação e Vôlei. Todas podendo ser praticadas também por crianças com deficiência.</p>
	<p>6.5. Ampliar a oferta de atividades físicas orientadas para gestantes.</p>	<p>Disponibilização de atividades como alongamento, caminhada, hidroginástica e pilates pela SEME. Grávidas podem participar de todas essas atividades com acompanhamento direto do professor de educação física.</p>
	<p>6.6. Ampliar a instalação de bibliotecas infantis nas bibliotecas municipais.</p>	<p>Elaboração, em 2019, de projeto para a implantação de duas salas da primeira infância na Biblioteca Infantojuvenil Monteiro Lobato. Uma das salas será voltada aos bebês, e a outra a crianças um pouco maiores (até 6 anos). A ideia do projeto foi construída pela equipe técnica da Secretaria de Cultura junto com a comunidade e arquitetos do entorno da Biblioteca, especialmente a Associação Amigos da Praça.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.7. Implementar iniciativas de estímulo à leitura parental.</p>	<p>Realização dos projetos "Minha Biblioteca" para a Educação Infantil e do "Mediação de Leitura para a Primeira Infância". No âmbito do Programa Minha Biblioteca para a Educação Infantil foram entregues 120 títulos (558.977 Exemplares) para os bebês e crianças para que os familiares/responsáveis possibilitem a relação com o livro e com a literatura. Assim a leitura no cotidiano das casas permitem a prática da leitura por todo/as (mais informações no Portal da SME: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/educacao-de-sao-paulo-investe-r329-milhoes-na-atualizacao-do-acervo-de-livros/). O projeto "Mediação de Leitura para a Primeira Infância" foi meta, em 2019, da Coordenação do Sistema Municipal de Bibliotecas (CSMB), responsável por coordenar 54 bibliotecas na cidade de SP. O objetivo do projeto foi oferecer, pelo menos, um serviço de mediação de leitura para primeira infância, de agosto a novembro de 2019, em 25% das bibliotecas da CSMB. Pelo menos, 21 bibliotecas atingiram a meta. Além dos projetos citados, as bibliotecas públicas municipais de bairro da cidade de São Paulo tem por vocação e tradição atender crianças, sendo trabalhada a promoção da leitura desde a primeira infância. Em 2019, destacam-se duas programações culturais, pensadas para atrair o público infantil: (1) SarauZim: uma intervenção poética-literária voltada para crianças de 3 a 11 anos – e para toda a família. Realizada pelo coletivo literário Mesquiteiros, que há mais de 13 (treze) anos desenvolve atividades em unidade educacionais e espaços culturais. O objetivo da atividade é que o público – com destaque para as crianças, acompanhadas ou não dos pais e responsáveis – sejam o centro, a atração principal do espetáculo, com poemas, músicas, cantigas e apresentações, valorizando o improviso, a interação e a troca poética, artística e afetiva entre os presentes e; (2) Meu Primeiro Clássico: o projeto traz histórias dos mais importantes autores da literatura infantil, para crianças terem seu primeiro contato com a literatura. Dessa forma, a Companhia Eu + 1, faz comentários e leituras através de contos de fadas dos escritores mais conhecidos desse gênero: tais como os Irmãos Grimm, Hans Christian Andersen, Charles Perrault e Joseph Jacobs.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.8. Ampliar os mecanismos de comunicação sobre os serviços públicos disponíveis para gestantes e crianças na primeira infância e as formas de acesso a eles.</p>	<p>Divulgação no Portal SP 156 dos serviços da prefeitura voltados para gestantes e crianças na primeira infância, além da disponibilização de serviços no Descomplica SP, novo modelo de atendimento presencial da prefeitura e da realização de Campanha Informativa, em dezembro de 2019. A Política Municipal de Atendimento ao Cidadão é uma iniciativa da SMIT, instituída pelo Decreto Municipal nº 58.426 de setembro de 2018. Ela estabelece novas linhas de conduta para promoção da qualidade dos serviços públicos municipais, além de promover iniciativas de atendimento inovadoras, com foco nas necessidades e na satisfação de quem utiliza o serviço público: cidadãs e cidadãos de São Paulo. A política possui como importantes eixos de atuação o Programa Descomplica SP e os canais SP156, referências, respectivamente, no atendimento presencial e virtual/telefônico. Levantamento realizado pela SMIT indica que são divulgados no Portal SP156 uma gama de 84 diferentes serviços que atingem gestantes e crianças na primeira infância de forma direta ou indireta. Destes, 18 serviços já se encontram digitalizados, ou seja, o cidadão pode não somente obter informações gerais sobre o serviço, mas também demandar a solicitação diretamente pelos canais de atendimento SP156. Estima-se que, ao longo de 2019, somente nos canais de atendimento SP156 foram contabilizadas mais de 45 mil solicitações relativas a esses serviços. Nas 8 unidades do Descomplica SP, presentes em São Miguel Paulista, Campo Limpo, Butantã, Santana/Tucuruvi, São Mateus, Jabaquara, Penha e Capela do Socorro, há um novo modelo de atendimento presencial da Prefeitura de São Paulo. As unidades do Descomplica SP atendem mais de 300 serviços em média. Levantamento preliminar realizado pela SMIT identificou pelo menos 15 (quinze) serviços relacionados ao tema da Primeira Infância. O modelo de atendimento favorece a disseminação desses serviços, pois segue-se o princípio de governo único para cidadão/ã único/a, ou seja, ao entrar em uma unidade do Descomplica SP o/a cidadão/ã deixa de ser visto como apenas o estudante, o contribuinte, o usuário de transporte público para ser visto de forma integral dentro de suas necessidades. Para tal os funcionários são capacitados para buscar ouvir e entender o cidadão criando assim a ideia de cestas de serviços, sempre partindo da demanda original buscando encontrar correlações com outros serviços disponíveis na unidade. A fim de fortalecer o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização e no cuidado da primeira infância, a Prefeitura realizou ainda,</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Ampliar a participação de gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias/ cuidadores em atividades voltadas à primeira infância, que estimulem e favoreçam o desenvolvimento humano</p>	<p>6.8. Ampliar os mecanismos de comunicação sobre os serviços públicos disponíveis para gestantes e crianças na primeira infância e as formas de acesso a eles.</p> <hr/> <p>6.9. Promover a divulgação da agenda cultural e de outras atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância nos respectivos territórios.</p>	<p>em dezembro de 2019, uma campanha informativa sobre serviços da Prefeitura voltados para gestantes e crianças na primeira infância, tais como o Programa Mãe Paulistana, o Programa Mais Creche e o serviço de vacinação. A campanha, que também contemplava mensagens sobre a importância do desenvolvimento integral na primeira infância, foi veiculada na televisão, assim como na internet, em um site criado especificamente para a ação.</p> <hr/> <p>A divulgação na agenda cultural de informações específicas para gestantes e crianças nos respectivos territórios permanece um desafio para os próximos anos.</p>
<p>7. Restringir a exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista</p>	<p>7.1. Criar instrumentos legais de regulamentação e fiscalização da publicidade infantil.</p> <hr/> <p>7.2. Criar mecanismos de dissuasão (lista de denúncia) e conformidade (selo Primeira Infância) para agentes do campo mercadológico.</p> <hr/> <p>7.3. Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</p>	<p>A restrição à exposição das crianças de 0 a 6 anos à comunicação mercadológica e à pressão consumista é uma meta que envolve fortemente a parceria da sociedade civil organizada, do setor privado, para além do setor público. Da perspectiva das ações do poder executivo municipal, as estratégias associadas, que envolvem a criação de instrumentos para regulamentação e fiscalização da publicidade infantil e de mecanismos de dissuasão permanecem como um desafio para os próximos anos, assim como a promoção de ações de comunicação voltadas para a sensibilização da sociedade e das famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.</p>

EIXO ESTRATÉGICO III

Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>1.1. Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.</p>	<p>Avanços na elaboração de protocolos integrados, anteriormente citados, mas também nos serviços setoriais. Os Consultórios na Rua atuam como equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população, que se encontra em condições de extrema vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Os consultórios realizam suas atividades de forma itinerante e visam ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. As ações são compartilhadas e integradas às das UBSS, Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Serviços de Urgência e Emergência e de outros pontos de atenção conforme a necessidade. Em 2019, foram credenciadas 3 novas equipes e houve a manutenção das outras 19 equipes já credenciadas. Em 2019, foi elaborado ainda o documento "Atenção Integral em Saúde para Pessoas em Situação de Rua", contemplando a Linha de Cuidado e constituído o GT (Grupo de trabalho) para análise e finalização do documento. Na Assistência Social, o Serviço de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF) realiza o atendimento a gestantes e crianças de 0 a 6 anos, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim como o Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas em Situação de Rua (SEAS) realiza a identificação de gestantes e crianças de 0 a 6 anos em situação de rua para providências imediatas para a inclusão na rede socioassistencial e/ou Sistema de Garantia de Direitos. Destaca-se a rede de serviços socioassistenciais para atendimento às mulheres e seus filhos tais como Centro de Acolhida Especial para Mulheres; Centro de Acolhida Especial para Mulheres Gestantes, mães e bebês e o Centro de Acolhida Especial para Mulher em Situação de Violência. Importante ressaltar o serviço do Centro de Defesa e Convivência da Mulher que oferece proteção e apoio a mulheres em razão da violência doméstica e familiar, causadora de lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. A SME tem orientado os servidores sobre como proceder em diversas situações que demandam a integração com serviços de outras áreas. Para isso, há as equipes do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA que realizam o acompanhamento psicopedagógico dos/as estudantes e as/os integra em ações intersetoriais de base territorial, referenciando os</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>1.1. Integrar e estruturar redes de serviços públicos, de acordo com as especificidades territoriais, para gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias, especialmente as que se encontram em situação de rua, violência, extrema pobreza e/ou com deficiência.</p> <p>1.2. Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.</p>	<p>protocolos de cada área (saúde, assistência, direitos humanos, etc.) em todas as 13 Diretorias Regionais de Educação. Nas situações de crianças vítimas de violência, a SME orienta seus/suas funcionários/as a seguirem os procedimentos para comunicação ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude nos casos de suspeita ou confirmação de violência aos bebês, crianças e adolescentes matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Direta e Rede Parceira. Desta forma, será formalizada a denúncia e essa criança poderá ser acolhida pelos serviços do sistema de garantias de direitos da criança e adolescentes voltados para esse fim. As crianças em situação de acolhimento institucional recebem apoio do NAAPA nas situações em que a escola faz essa solicitação, ou seja, quando a criança apresenta prejuízo em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem, tendo sempre a preocupação de atuar sem intensificar os estigmas que estas crianças já carregam. Quando uma criança chega a um serviço de acolhimento institucional a equipe técnica do abrigo tem a obrigação de inscrever essa criança em todas as políticas públicas possíveis. Então é feita a intenção de vaga para essa criança que entra na fila de vagas para creche ou é matriculada diretamente na Pré-Escola, que já está universalizada. Com relação às crianças e adolescentes grávidas, a SME desenvolve estratégias para acompanhamento de estudantes grávidas com objetivo de evitar a evasão escolar. Essas estratégias são negociadas entre a estudante, a gestão escolar e as equipes do NAAPA que realizam o acompanhamento psicopedagógico dessas estudantes e as integra em ações intersetoriais de base territorial, referenciando os protocolos de cada área (saúde, assistência, direitos humanos, etc.).</p> <p>Estabelecido pela SMS processo controlado de encaminhamento direto das puérperas e recém-nascidos (RN) para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) de origem, a partir do Agendamento de Contrarreferência, do Sistema Integrado de Gestão de Assistência à Saúde (SIGA). As puérperas recebem alta da maternidade com o agendamento garantido em suas UBS, em até 7 dias após o parto, via sistema, possibilitando a geração de relatórios e indicadores. Periodicamente são disponibilizados indicadores que possibilitam monitorar: recém-nascidos atendidos; puérperas atendidas; agendamentos nas vagas das UBS, indicando se foi</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Garantir o acesso aos serviços públicos dispostos neste plano a todas as crianças em situação de vulnerabilidade</p>	<p>1.2. Criar e implementar protocolos territoriais de atuação em rede, que envolvam a comunidade, para a realização da busca ativa de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos.</p>	<p>dentro do período estipulado pelo programa ou se foi após; absenteísmo; pacientes faltosos para busca ativa. Na SME, são desenvolvidas estratégias para o acompanhamento de estudantes grávidas com o objetivo de evitar a evasão escolar. Estas estratégias são negociadas entre a estudante, a gestão escolar e as equipes do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA. Estas realizam o acompanhamento psicopedagógico dessas estudantes e as integra em ações intersetoriais de base territorial, referenciando os protocolos de cada área (saúde, assistência, direitos humanos, etc.). O Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância, que teve o início do seu desenvolvimento em 2019, também contribuirá para a identificação de gestantes e crianças que não acessam os serviços públicos de modo a possibilitar a sua inserção nos atendimentos.</p>
	<p>1.3. Capacitar 100% das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa e atendimento da população na primeira infância e suas famílias.</p>	<p>A capacitação das equipes de atendimento direto e abordagem para atuarem de acordo com os protocolos de busca ativa necessita ser intensificada. Em 2018, 100% das equipes que atuam nos Serviços de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF) foram capacitadas no Programa Primeira Infância do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).</p>
	<p>1.4. Garantir o acesso aos serviços da rede pública a todas as crianças independentemente de apresentarem registro civil, com atenção especial para imigrantes, refugiados, comunidades e povos tradicionais, crianças em situação de rua e crianças com deficiência.</p>	<p>Acesso garantido a todas as crianças aos serviços da rede socioassistencial. Aquelas que se encontram sem documentação são direcionadas aos CRAS para as orientações, solicitação de segunda via do registro civil, encaminhamentos aos órgãos/serviços competentes nas situações de imigrantes, refugiados, povos indígenas, tanto para as crianças quanto para os familiares.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Garantir o acolhimento conjunto qualificado a todas as mulheres gestantes ou com filhos(as) na primeira infância em situação de rua ou vítimas de violência doméstica</p>	<p>2.1. Ampliar o serviço de acolhimento conjunto qualificado.</p> <hr/> <p>2.2. Capacitar 100% das equipes de acolhimento conjunto para a promoção do desenvolvimento na primeira infância.</p>	<p>Aprovação, em 2019, da tipificação do serviço "Casa de Passagem" e manutenção de serviços específicos para atendimento às mulheres e seus filhos, tais como Centro de Acolhida Especial para Mulheres; Centro de Acolhida Especial para Mulheres Gestantes, mães e bebês; e o Centro de Acolhida Especial para Mulher em Situação de Violência. Ressalta-se ainda a importância do serviço do Centro de Defesa e Convivência da Mulher. São desafios para o acolhimento institucional a garantia do processo de construção de autonomia das mulheres (mulheres em situação de violência; mulheres em situação de rua e extrema pobreza; mulheres com deficiência e/ou que apresentam quadros de saúde mental; e mulheres que fazem uso de substâncias psicoativas), além da não separação das mães e seus filhos, tendo como objetivo a preservação dos vínculos afetivos. A partir do acolhimento institucional, articula-se o trabalho técnico junto às demais políticas públicas no sentido de fortalecer vínculos, cuidados e saúde da mãe e seus filhos.</p>
<p>3. Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço</p>	<p>3.1. Ampliar serviços de acolhimento familiar.</p>	<p>Celebradas, em 2019, duas parcerias para implantação do Serviço de Acolhimento Familiar – Modalidade Família Acolhedora, cada um com capacidade para 30 crianças, nas macrorregiões Sul e Norte. O Família Acolhedora é um serviço referenciado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, executado por organizações da sociedade civil, que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Garantir acesso aos serviços de acolhimento familiar para 100% das crianças de 0 a 6 anos, que tenham perfil para esse serviço</p>	<p>3.2. Criar e implementar o serviço de acolhimento familiar emergencial para situações que requeiram um acolhimento imediato e de curta duração.</p> <hr/> <p>3.3. Criar e implementar o programa família guardiã, oferecendo subsídios para que crianças que tenham seus direitos ameaçados ou violados possam permanecer nas famílias extensas¹⁵, sem a necessidade da medida do acolhimento.</p>	<p>Todos os serviços de acolhimento já possuem caráter emergencial, provisório e excepcional, conforme preconiza o ECA.</p> <hr/> <p>A implementação do programa Família Guardiã deve seguir a lei nº 16.691, de 13 de julho de 2017 e cabe ao município seguir as diretrizes para tratativas com o Judiciário com o objetivo de implementação da guarda subsidiada.</p>
<p>4. Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>	<p>4.1. Aprimorar o sistema de notificação de violência contra a criança, incluindo a criação de um canal de denúncias.</p> <hr/> <p>4.2. Garantir o encaminhamento de todas as denúncias de violência contra a criança recebidas.</p>	<p>Denúncias passam por análise preliminar da Ouvidoria de Direitos Humanos (ODH) e são encaminhadas ao Conselho Tutelar responsável, caso tenham as informações necessárias. A maior parte dos indeferimentos acontece por falta de identificação da criança e ou adolescente possivelmente vítima. Nos casos em que o Centro de Assistência Social (CRAS) identifica a situação de violência realiza-se a acolhida e a escuta da situação, o estudo social das vulnerabilidades e posteriormente o encaminhamento do caso para acompanhamento e atendimento no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e para os demais membros do sistema de garantia de direitos. A família e a criança são atendidas e encaminhada aos serviços sociassistenciais da rede. Por sua vez, o CREAS, por meio do de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), recebe denúncias de violência contra crianças e adolescentes procedentes do Disque 100 (Secretaria Nacional de Direitos Humanos), MPSP por meio da Promotoria, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e anônimas. As violações de direitos são violência física; psicológica; violência sexual: abuso e ou exploração sexual; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil. O CREAS oferta apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>	<p>4.2. Garantir o encaminhamento de todas as denúncias de violência contra a criança recebidas.</p>	<p>famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O CREAS atua diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos. Na Saúde, o Núcleo de Prevenção de Violência (NPV) corresponde à equipe de referência do Serviço de Saúde responsável pela organização do cuidado e articulação das ações a serem desencadeadas para a superação da violência e promoção da cultura de paz. É composto por no mínimo quatro profissionais: psicólogo, assistente social e enfermeiro, dentre outros profissionais da unidade. Cabe aos NPV articular ações de assistência, prevenção e promoção de saúde no nível local, no sentido de estabelecer o cuidado integral às pessoas em situação de violência; organizar o atendimento e criar estratégias para fortalecer o cuidado ampliado e integral das pessoas em risco ou situação de violência nos serviços, utilizando o dispositivo de Projeto Terapêutico Singular e as tecnologias de cultura de paz; promover e participar dos fóruns de discussões e das reuniões da rede local, que tenham como objetivo a prevenção da violência e a promoção da saúde e Cultura de Paz; contribuir para o processo de educação; estimular a formação de grupos terapêuticos de atendimento e encaminhar os usuários para os grupos já existentes no estabelecimento de saúde. Os casos de violência, seja quanto à criança, adolescente, mulher, pessoa com deficiência, idoso, pessoa em situação de rua, LGBTI, trabalho infantil, são denúncias de violação de direitos que necessitam de ações conjuntas dos diversos órgão de defesa de direitos.</p>
	<p>4.3. Promover, anualmente, campanhas de promoção da cultura da não violência familiar e contra crianças.</p>	<p>Realização de ações articuladas com as comissões municipais e demais coordenações da SMDHC, tais como palestras em escolas sobre "Direitos Humanos na Infância". Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, a partir do qual são selecionados projetos voltados para Educação em Direitos Humanos em quatro categorias distintas: Unidade Escolar, Professor, Aluno e Grêmios Estudantil. Há várias outras iniciativas voltadas para a promoção da cultura da não violência familiar e contra as crianças citadas</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Promover uma cultura de paz e não violência contra a criança</p>		<p>em outras estratégias, o estabelecimento de uma campanha anual permanece como um desafio para os próximos anos.</p>
	<p>4.4. Elaborar e veicular material informativo para pais e cuidadores com foco em estratégias para a educação não violenta.</p>	<p>Realização, em 2019, das ações das Comissões de Mediação de Conflitos e do projeto "Respeitar é Preciso!", pela SME. As Comissões de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais tem o objetivo de favorecer e estimular o diálogo entre as partes envolvidas em conflitos, bem como promover a articulação com pais/responsáveis, comunidade escolar, lideranças comunitárias para que em seus territórios/ espaços encontrem soluções que minimizem os conflitos, potencializando o autoconhecimento, a aprendizagem e a melhor convivência entre todos e todas. O Projeto "Respeitar é Preciso!" tem como finalidade principal disseminar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas Unidades Educacionais, por meio da adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade em seu cotidiano, propiciando, desta forma, o autoconhecimento e a consequente melhoria das aprendizagens por meio de: gestão democrática e participativa, exercício ativo de cidadania, promoção da saúde e do bem estar físico, mental e social nas perspectivas da Equidade, da Educação Inclusiva e Integral, conforme estabelecido pelos eixos norteadores presentes no Currículo da Cidade, assim como da cultura de paz e não violência. O projeto está especialmente voltado para formação dos educadores que compõem os grupos de Mediação de Conflitos nas Diretorias Regionais de Educação e as Comissões de Mediação de Conflitos nas Unidades Educacionais, pautadas nas diretrizes da SME.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Garantir atendimento especializado e individualizado a todas as mães e gestantes em situação de rua, dependentes químicas ou respondendo por processo criminal ou ato infracional</p>	<p>5.1. Acionar a rede de proteção antes da alta da maternidade para as mulheres em situação de vulnerabilidade, particularmente as que se encontram em situação de rua, são usuárias de drogas ou respondem a processo criminal ou ato infracional.</p>	<p>Credenciamento, em 2019, de 3 novas equipes e mantidas as 19 já credenciadas, além da elaboração do documento “Atenção Integral em Saúde para Pessoas em Situação de Rua”, contemplando a linha de cuidado e constituindo um Grupo de Trabalho com interlocutores dos Consultórios na Rua das 06 coordenadorias regionais de saúde, para análise e finalização do documento. Os Consultórios na Rua atuam como equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades da população de rua, que se encontra em condições de extrema vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. As equipes realizam suas atividades de forma itinerante e visam ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde. As ações são compartilhadas e integradas às das UBSs, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e de outros pontos de atenção, conforme a necessidade.</p>
	<p>5.2. Garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento.</p>	<p>A implementação de ações para garantir que mães e gestantes em prisão domiciliar tenham plano individualizado de acompanhamento envolve outras instâncias e permanece um desafio para a Prefeitura.</p>
	<p>5.3. Garantir atendimento e acompanhamento às adolescentes (gestantes e mães) que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade.</p>	<p>Atendimento e acompanhamento de adolescentes (gestantes e mães) em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade realizada pelo Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE-MA). Os SMSE-MA realizam a sensibilização das adolescentes sobre a importância do acompanhamento pré-natal, fazem orientações para a construção/reformulação do projeto de vida, verificam se o atendimento pela Saúde está acontecendo mensalmente, realizam o encaminhamento às unidades de saúde, fazem a discussão de caso com os profissionais da Saúde. De acordo com as condições de saúde do adolescente, o/a técnico/a, mediante relatório médico, pode solicitar a suspensão do cumprimento da prestação de serviços à comunidade em razão dos riscos.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>6. Garantir que todas as crianças tenham registro civil</p>	<p>6.1. Garantir que todas as maternidades ofertem o registro de nascimento.</p>	<p>A oferta do registro em todas as maternidades permanece como um desafio para os próximos anos.</p>
	<p>6.2. Garantir que todos os cartórios de registro civil forneçam informação para o registro de filhos nascidos em casas de parto.</p>	<p>As casas de parto do município de São Paulo entregam aos pais a Declaração de Nascimento Vivo - DNV, documento de identidade provisória, com o qual é possível a emissão da certidão de nascimento por um cartório, e o acesso a serviços públicos até que o registro civil seja expedido.</p>
	<p>6.3. Ampliar a dupla filiação nas certidões de nascimento.</p>	<p>Ações específicas da prefeitura para a ampliação da dupla filiação nas certidões de nascimento permanecem como um desafio para os próximos anos.</p>
<p>7. Aprimorar o sistema de garantia de direitos</p>	<p>7.1. Promover maior integração das políticas públicas e das ações do Sistema de Justiça.</p> <p>7.2. Desenhar e implementar ações de qualificação dos conselhos tutelares.</p>	<p>Formação sobre o Sistema de Informação para Infância e Adolescência / Conselho Tutelar (SIPIA/CT) para conselheiros tutelares no primeiro semestre de 2019. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) tem como meta a formação dos conselhos tutelares do município de São Paulo visando qualificar o trabalho realizado por esses agentes e fornecer o apoio necessário para o exercício da função. No primeiro semestre de 2019, a SMDHC, estabeleceu parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca-SP) a fim de ofertar formação sobre o Sistema de Informação para Infância e Adolescência / Conselho Tutelar (SIPIA/CT) para esse público. O SIPIA é uma ferramenta de registro de atendimento unificada, e a formação era necessária para garantir a sua implantação na cidade. A formação ocorreu entre os meses de janeiro a março de 2019 visando contemplar todos os 260 conselheiros tutelares em sistema de revezamento, sem que houvesse prejuízo no atendimento aos munícipes. Um total de 232 conselheiros se inscreveram, tendo sido formados 205, 78,9% do total. Na formação, ainda, foi indicado o responsável pela coordenação técnica municipal do SIPIA, que deverá atuar na interlocução com os demais entes e no apoio para utilização do sistema pelos conselheiros. Houve também o desenvolvimento de uma proposta de formação inicial para conselhos tutelares junto com o SENAC. Em 2019, houve ainda a publicação do Decreto 59.093/2019 que atribui a gestão administrativa dos Conselhos Tutelares do Município de SP para a SMDHC.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>8. Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão</p>	<p>8.1. Estimular pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada.</p>	<p>O estímulo para o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a detecção precoce de situações que requerem atenção especializada no âmbito da prefeitura de São Paulo permanece como um desafio para os próximos anos e precisa ser articulada com as universidades e as organizações da sociedade civil.</p>
	<p>8.2. Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado dessa população.</p>	<p>Publicado, em 2019, o Protocolo Integrado de Encaminhamento dos Serviços de Visitação Domiciliar para as famílias com gestante e crianças na Primeira Infância e em desenvolvimento a elaboração de um Protocolo Integrado de Atenção à Primeiríssima Infância. Para além dos protocolos, as secretarias possuem equipes em permanente diálogo para aprimorar os procedimentos para a identificação de situações que requeiram atenção especializada. A SME tem orientado os servidores sobre como proceder em diversas situações que demandam a integração com serviços de outras áreas. Para isso, há as equipes do Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem - NAAPA que realizam o acompanhamento psicopedagógico dos/as estudantes e o integra em ações intersetoriais de base territorial, referenciando os protocolos de cada área (saúde, assistência, direitos humanos, etc.) em todas as 13 Diretorias Regionais de Educação. Nas situações de crianças vítimas de violência, a SME orienta seus funcionários a seguirem os procedimentos para comunicação ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude nos casos de suspeita ou confirmação de violência aos bebês, crianças e adolescentes matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Direta e Rede Parceira. Desta forma, será formalizada a denúncia e essa criança poderá ser acolhida pelos serviços do sistema de garantias de direitos da criança e adolescentes voltados para esse fim. As crianças em situação de acolhimento institucional recebem apoio do NAAPA nas situações em que a escola faz essa solicitação, ou seja, quando a criança apresenta prejuízo em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem, tendo sempre a preocupação de atuar sem intensificar os estigmas que estas crianças já carregam. Quando uma criança chega a um serviço de acolhimento institucional a equipe técnica do abrigo tem a obrigação de inscrever essa criança em todas as políticas públicas possíveis. Então é feita a intenção de vaga para essa criança que entra na fila de vagas para creche ou é matriculada diretamente na Pré-Escola, que já está universalizada. Com</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>8. Garantir o acesso às políticas para a primeira infância às famílias de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, atendendo às determinações legais sobre sua inclusão</p>	<p>8.2. Garantir nos protocolos intersetoriais procedimentos para a detecção de situações que requerem atenção especializada, para o encaminhamento e para o atendimento adequado dessa população.</p> <p>8.3. Ampliar e garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e outras situações que requerem atenção especializada, nos serviços públicos municipais.</p>	<p>relação às crianças e adolescentes grávidas, a SME desenvolve estratégias para acompanhamento de estudantes grávidas com objetivo de evitar a evasão escolar. Essas estratégias são negociadas entre a estudante, a gestão escolar e as equipes do NAAPA que realizam o acompanhamento psicopedagógico dessas estudantes e as integra em ações intersetoriais de base territorial, referenciando os protocolos de cada área (saúde, assistência, direitos humanos, etc.). A população em situação de rua é atendida pelas equipes da SMADS e SMS. As equipes do "Consultório na Rua" seguem os protocolos de acompanhamento para as gestantes, de forma a acompanhar o pré-natal e orientar quanto a importância de continuarem esse processo após o nascimento do bebê, assim como fazem a marcação de consultas nas UBS de referência.</p> <p>Ações realizadas pela SMPED, para garantir o acesso a informações sobre direitos e deveres das pessoas com deficiência em 2019: avatar de tradução de texto para LIBRAS em todos os sites públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo, concessão do selo de Acessibilidade Digital para 54 sites de órgãos públicos municipais da Prefeitura e instalação de 121 Postos de Atendimento Presencial PAP-CIL da Central de Intermediação em Libras em serviços públicos de modo a ampliar a garantia do atendimento do município em LIBRAS. O selo de Acessibilidade Digital atesta que os portais seguem os princípios de acessibilidade digital e a instalação dos postos de atendimento presencial PAP-CIL da Central de Intermediação em Libras em serviços públicos ampliam a garantia do atendimento ao município em LIBRAS.</p>
<p>9. Articular as políticas para a primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável</p>	<p>9.1. Integrar os programas de combate à pobreza aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</p>	<p>Iniciado, em 2019, o projeto intersetorial de elaboração de um protocolo integrado de atenção à primeiríssima infância, que busca integrar os serviços, programas e benefícios voltados à primeira infância, inclusive aqueles de combate à pobreza, com o intuito de contribuir para a redução da vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>9. Articular as políticas para a primeira infância às políticas da agenda do desenvolvimento sustentável</p>	<p>9.2. Integrar os programas de habitação aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</p>	<p>Articulação da SEHAB, juntamente com a SME, para assegurar vagas para as crianças, principalmente na primeira infância, na rede existente no raio de 2km dos novos empreendimentos para os quais as famílias se mudarão. O Programa Minha Casa Minha Vida exige a criação do Grupo Institucional do Poder Público - GIPP para acompanhamento, interlocução e articulação das demandas locais visando à garantia das políticas públicas necessárias ao atendimento das famílias.</p>
	<p>9.3. Integrar os programas de prevenção e tratamento do abuso de drogas e álcool aos protocolos de atendimento na primeira infância, a fim de reduzir a vulnerabilidade das crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.</p>	<p>Em 2019, dentre as 12 ações do Programa Saúde na Escola (PSE), a ação "Prevenção ao uso de álcool, tabaco, crack e outras drogas" totalizou 246 ações para 19.248 participantes. O Programa Saúde na Escola (PSE) surgiu como uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover qualidade de vida aos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Todas as ações são planejadas em conjunto pelas equipes de saúde e da escola,. As equipes da atenção básica e as equipes das escolas se articulam para o desenvolvimento de ações de saúde na escola voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública.</p>

EIXO ESTRATÉGICO VI

Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</p>	<p>1.1. Registrar de forma adequada as doses de vacinas aplicadas.</p>	<p>Cobertura Vacinal 2019 no município de São Paulo: BCG 87,79% / Poliomielite 86,39% / Meningocócica C 88,92% / Pentavalente 74,47% / Pneumocócica 10V 89,14% / Rotavírus 86,50% / SCR - 1ª Dose 100,50% / SCR - 2ª Dose 85,24% / Hepatite A 91,79%.</p> <p>Melhoria da qualificação dos dados e diminuição de inconsistências em relação à dose e estratégia, em 2019, resultado da realização mais adequada do registro das doses aplicadas no sistema SIGA VACINA, na caderneta da criança e na ficha espelho da UBS, aliadas às melhorias implementadas nos sistemas de informação e à consolidação do processo de trabalho dos profissionais envolvidos. Houve melhoria no registro de doses de vacina aplicadas no SIGA em consequência de treinamentos realizados com os responsáveis da sala de vacina de cada UBS e na multiplicação dessa capacitação com todos os colaboradores que atuam na sala de vacina. No total, 586 colaboradores receberam o treinamento. Foram realizadas, também, visitas nas salas de vacina para intensificação das orientações sobre a importância do registro adequado e em tempo real no sistema SIGA, com avaliação comparativa das fichas de registros com os registros no sistema. As unidades conferem a digitação das fichas espelhos no SIGA diariamente ou 1 vez por semana para detectar possíveis falhas. A Unidade de Vigilância em Saúde confere durante o fechamento mensal o número de doses aplicadas registradas x número de doses aplicadas no SIGA, e quando há divergência a unidade é sinalizada para buscar o espelho no arquivo e atualizar os dados no SIGA. 51% (50) do total de 98 clínicas privadas, hospitais públicos e privados fizeram treinamento e iniciaram digitação nos sistemas nominais de registro de doses aplicadas (SIPNI e SIGA). Desafio de alcançar 100% de unidades (clínicas privadas, hospitais e maternidades) com digitação no SIGA e SIPNI.</p>
	<p>1.2. Ofertar a vacina nas salas de vacina das UBS.</p>	<p>Todas as vacinas do calendário de vacinação nacional vigente estão disponíveis na salas de vacina de todas as UBS do município de São Paulo.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</p>	<p>1.3. Intensificar a cobertura nos bolsões de baixa cobertura vacinal.</p>	<p>Implementadas diferentes estratégias para facilitar o acesso da população à vacinação, de forma a intensificar a cobertura nos bolsões de baixa cobertura vacinal: a) ações de vacinação extramuros realizadas em pontos estratégicos dos territórios, com grande circulação de pessoas, tais como estações do Metrô, CPTM, rodoviárias, faculdades, shoppings, supermercados, entre outros, além das UBS; b) vacinação sobre rodas e vacinação em domicílio, casa a casa, nos territórios com Estratégia de Saúde da Família e durante campanhas de intensificação de vacinação; c) parcerias com as Diretorias Regionais de Educação para sensibilização dos professores sobre a importância do calendário vacinal e realizada busca ativa e vacinação nas CEIS e EMEIS; d) parceria com as equipes de Consultório na Rua para vacinação das pessoas em situação de rua; e e) realização de oficinas para ampliação das coberturas vacinais com carga horária de 15 horas com público alvo de cerca de 60 profissionais da rede.</p>
	<p>1.4. Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.</p>	<p>Busca ativa de faltosos realizada rotineiramente em todas as regiões da cidade. A convocação dos faltosos da vacina ocorre por meio de telefonemas, aerogramas e visitas domiciliares. Quando detectados pela equipe da sala de vacina as equipes de ESF são acionadas para realizarem a busca ativa nas visitas domiciliares de qualquer profissional da equipe. Além disso, são identificados faltosos durante as consultas e grupos educativos, assim como na verificação da situação vacinal nas Unidades Educacionais, por meio do Programa Saúde na Escola. Durante as consultas de rotina, crianças com vacinas em atraso são encaminhadas para a sala de vacina da unidade. São realizadas, também, buscas ativas de crianças, idosos e grupos prioritários com situação vacinal em atraso em áreas mais vulneráveis, tais como: ocupações, comunidades, cortiços etc.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</p>	<p>1.5. Capacitar de forma permanente as equipes para o convencimento das famílias/cuidadores em relação à importância da vacinação.</p>	<p>Desenvolvidas, em 2019, ações específicas de capacitação e sensibilização das equipes de imunização nas diferentes coordenadorias regionais de saúde da cidade para abordagem dos pais e responsáveis, enfatizando a importância das vacinas para o controle das doenças imunopreveníveis. Leste: no ano de 2019 foi realizado o IV Encontro Regional de Imunização Leste e o VIII Fórum Regional de Imunização Leste, com a participação das unidades de saúde, Supervisões Técnicas de Saúde, Unidades de Vigilância e parceiros; Oeste: sensibilização das equipes das UBS pelos enfermeiros, quanto à importância de não se perder a oportunidade do ato vacinal e da orientação efetiva e adequada sobre a importância da vacinação aos usuários das UBS; Sudeste: em 2019 foram realizadas 2 turmas por STS/ Unidade de Vigilância em Saúde, de capacitação de sala de vacina, nas quais foram capacitados 97 auxiliares de enfermagem e 39 enfermeiros, que replicam o treinamento na unidade. Nas UBSs são realizadas reuniões de equipe para atualização e esclarecimento de dúvidas sobre vacinação, além de grupo de whatsapp entre as Unidades de Vigilância em Saúde, enfermeiros e auxiliares da sala de vacina para informes e esclarecimento de dúvidas; Sul: capacitação de forma permanente durante as reuniões de equipe e/ou educação continuada sobre a importância da verificação e interpretação da carteira de vacina, orientando quanto a importância de manter a situação vacinal atualizada, evitando as doenças imunopreveníveis; Centro: em 2019 foi disponibilizado um curso online de 80 horas oferecido pela SBIM para os profissionais que trabalham em salas de vacinas. O curso abrange toda a orientação necessária do setor. Três UBS realizaram o curso para 100% da equipe de enfermagem da sala de vacina; Norte: sensibilização sobre o risco de recrudescimento de doenças (pólio/difteria e outras doenças imunopreveníveis) e a importância da vacinação.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>1. Alcançar 95% de cobertura vacinal para crianças de até 5 anos</p>	<p>1.6. Monitorar a caderneta de vacina de 100% das crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e vacinar nas escolas, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.</p>	<p>Realizada a verificação da situação vacinal das crianças e dos adolescentes em unidades educacionais por meio do Programa Saúde na Escola (PSE). Em 2019, 340.436 educandos foram monitorados pelas equipes de referência do PSE.</p>
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<p>2.1. Promover o engajamento do setor privado na garantia do aleitamento mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.</p> <p>2.1. Promover o engajamento do setor privado na garantia do aleitamento mediante a disponibilização de salas de apoio à amamentação e a ampliação da licença maternidade.</p>	<p>A realização de ações, pela prefeitura municipal de São Paulo, no sentido do incentivo ao engajamento do setor privado na promoção do aleitamento materno permanece como um desafio para os próximos anos.</p> <p>Iniciada em 2018, a campanha “CEI Amigo do Peito” incentiva os Centros de Educação Infantil (CEI) da Rede Municipal a ampliarem o atendimento especializado para as mães em fase de amamentação e a efetivarem ações voltadas à manutenção do aleitamento materno após o ingresso dos bebês nos Centros de Educação Infantil. Em 2019 o total de unidades contempladas com o selo CEI Amigo do Peito foi de 280 CEIs, um aumentou de 200% em relação a 2018. Para o enquadramento como CEI Amigo do Peito são considerados indicadores relativos aos ambientes educativos: tempos, espaços e materiais, bem como todos os atores envolvidos neste processo: bebês, famílias e todos/as os/as profissionais da unidade. Todos os CEIs possuem infraestrutura que contempla um lactário ou espaço segregado dentro das cozinhas para manipulação de leite materno e fórmulas infantis, bem como geladeiras e, em algumas unidades, freezers para armazenamento do leite. Não preconizamos que haja um espaço segregado (sala de amamentação) e sim, que a unidade disponha de ambientes acolhedores onde as mães sintam-se à vontade para amamentar seus bebês.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<p>2.3. Fortalecer o programa de aleitamento materno nos Centros de Educação Infantil (CEIs).</p>	<p>Ações para o fortalecimento do aleitamento materno realizadas em mais de 2000 CEIs da cidade de São Paulo, em 2019, pela SME, por meio do Grupo de Trabalho de Aleitamento Materno e do quadro técnico de nutricionistas.</p> <p>O objetivo desse trabalho é instrumentalizar as equipes dos CEIs para promover ações de incentivo e apoio ao aleitamento materno, além de divulgar às famílias e comunidade escolar sobre a possibilidade e importância de manutenção da amamentação após o ingresso do bebê no CEI. Estas ações são divididas em 3 principais frentes de trabalho: 1) Formações: realização de formações junto aos/às educadores/as dos CEIs, que propiciam espaços de reflexão sobre a importância do aleitamento materno além de possibilitar a ampliação de práticas que acolham os bebês, crianças e famílias, em especial aqueles em aleitamento materno. 2) Materiais orientativos: desenvolvimento de informativos que ressaltam o leite materno como alimento essencial na primeira infância, suas vantagens, bem como incentivam ações de promoção e apoio ao aleitamento materno. Além disso, apresentam as opções para a manutenção da amamentação após ingresso no CEI, sendo pela presença da mãe para amamentar na unidade e/ou entrega do leite materno congelado. 3) Ação de incentivo: criação da "Campanha CEI Amigo do Peito", uma estratégia de comunicação para promoção do aleitamento materno nos CEIs da rede direta e parceira da cidade de São Paulo. Além de apoiar os/as profissionais da educação no acolhimento e incentivo às famílias para a continuidade do aleitamento materno, enaltece ações e projetos de qualidade já existentes em muitos CEIs. As Unidades são convidadas a solicitar anualmente o selo "CEI Amigo do Peito" por meio de formulário eletrônico. Para conquistar o selo, um/uma integrante da equipe gestora da unidade deve acessar o site da Campanha e responder ao formulário de solicitação. Após o preenchimento de informações, as mesmas são analisadas pelo Grupo de Trabalho.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
	<p>2.4. Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.</p>	<p>O incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável são realizados rotineiramente nos grupos de promoção ao aleitamento materno e alimentação complementar no âmbito das UBS. Em 2019, foram introduzidos marcadores de consumo alimentar na atenção básica, assim como realizadas articulações com o Ministério da Saúde para a produção e disponibilização do Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos para todas as UBS do Município. Atualmente, o Guia encontra-se em fase de preparação para impressão.</p>
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<p>2.5. Garantir alimentação saudável em creche, pré-escola e outros equipamentos públicos que atendem crianças na primeira infância e ampliar o acesso à alimentação saudável para crianças em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Para garantir uma alimentação saudável nas Unidades Educacionais, os cardápios são elaborados por nutricionistas e atendem às diretrizes do Fundo nacional para o Desenvolvimento da educação - FNDE para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos, entre outras recomendações de entidades públicas e científicas. Também são oferecidos alimentos orgânicos <i>in natura</i> ou minimamente processados, um mínimo de 5 porções de frutas, verduras e legumes diariamente, alimentos com teores reduzidos de açúcares, sódio e gorduras, sem corantes artificiais e alimentos sem ou com quantidades reduzidas de conservantes. Não há uma ação específica voltada para o público com vulnerabilidade, os cardápios oferecidos são os mesmos, de acordo com o tipo de gestão, para todas as DREs e suprem as necessidades diárias preconizadas pelo FNDE. Contudo, existe o Programa Leve Leite que atende a este público de forma complementar. O Programa Leve Leite foi normatizado pelo Decreto Municipal nº 57.632/2017 e atende crianças matriculadas na rede municipal de educação com idade de creche e pré-escola, residentes no município, cujas famílias tenham cadastro ativo no CadÚnico e crianças com</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
	<p>2.5. Garantir alimentação saudável em creche, pré-escola e outros equipamentos públicos que atendem crianças na primeira infância e ampliar o acesso à alimentação saudável para crianças em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>deficiência matriculadas até o 5º ano do Ensino Fundamental. Os estudantes de até 1 ano de idade recebem 1,2 kg de fórmula infantil mensalmente na unidade educacional e os estudantes acima de 1 ano de idade recebem 4 kg de leite em pó integral a cada quadrimestre em sua residência. Em 2019, o Programa atendeu aproximadamente 310.000 estudantes em cada ciclo.</p>
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<p>2.6. Sensibilizar a sociedade para a promoção da alimentação saudável.</p>	<p>Desenvolvidas, em 2019, 18.378 ações de promoção de hábitos alimentares adequados e saudáveis nos territórios da cidade, pelas equipes de saúde. Foram elaborados diversos materiais educativos com o objetivo de informar e orientar as famílias para uma alimentação adequada e saudável. Como forma de contribuir também para a redução da desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância nos distritos mais vulneráveis para a primeira infância, conforme definido no Programa de Metas 2019-2020, a SMDet desenvolveu e publicou três editais regionalizados, nas Zonas Sul, Leste e Norte, visando firmar parcerias com OSCs para a realização de cursos e oficinas voltados à alimentação saudável. Os três editais juntos preveem o atendimento de até 3.000 pessoas ao longo de 12 meses.</p>
	<p>2.7. Capacitar 100% das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável.</p>	<p>Realizadas, em 2019, ações de capacitação das equipes de atenção básica para a promoção do aleitamento materno, alimentação e hábitos saudáveis para o desenvolvimento adequado na primeira infância, com foco nas regiões de alta vulnerabilidade do Município. Durante o ano, 100% das unidades básicas de saúde das coordenadorias regionais Leste e Norte foram capacitadas com equipe que fará a multiplicação em toda as unidades – total de 295 funcionários/colaboradores treinados na região Leste e 142 funcionários/colaboradores treinados na região Norte. Os resultados das capacitações foram muito positivos com sensibilização e envolvimento dos gerentes locais com taxa de participação em 98%; capacitação de 95% dos facilitadores/tutores para acesso, manuseio e monitoramento das atividades dos alunos através da plataforma EAD; e avaliação das aulas presenciais pelos alunos com média de 80% muito boa e excelente e 18% boa.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
	<p>2.8. Proibir a abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável nos equipamentos públicos.</p>	<p>Orientações constantes para as unidades escolares quanto à qualidade da alimentação oferecida e a importância da alimentação saudável, entretanto não há uma ação específica voltada para a proibição da abordagem de empresas que incentivem a alimentação não saudável porque é a própria Secretaria que fornece a alimentação em seus equipamentos.</p>
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>	<p>2.9. Monitorar o crescimento e desenvolvimento de 90% das crianças abaixo da linha da pobreza.</p> <p>2.10. Monitorar o estado nutricional da população atendida na atenção básica, visando a vigilância alimentar e nutricional por meio de marcadores antropométricos e de consumo alimentar para identificação das vulnerabilidades: abrangência de 80% de crianças de 0 a 7 anos para marcadores antropométricos e 85% para informação de aleitamento materno em crianças de 0 a 2 anos, dessa população.</p>	<p>Desenvolvidas diferentes ações, em 2019, visando o monitoramento do estado nutricional e crescimento de crianças de 0 a 6 anos, e gestante, priorizando e potencializando ações nas regiões de maior vulnerabilidade para a primeira infância: a) Criação dos indicadores de Nutrição e Saúde para identificação de crianças e gestantes em risco nutricional tendo como base de dados o SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional); b) Monitoramento Nutricional Infantil: acompanhamento longitudinal dos indicadores de crescimento e desenvolvimento infantil de crianças atendidas na Atenção Básica - 273.306 crianças acompanhadas em 2019; c) Alteração do critério de classificação para detecção precoce de risco nutricional em crianças; d) Aquisição de equipamentos antropométricos e capacitação para avaliação antropométrica, para melhoria na qualificação da avaliação nutricional; e) Realização de parcerias/convênios: renovação com a UNINOVE e com o Centro de Recuperação e Educação Nutricional – CREN, para atendimento a crianças com distúrbios nutricionais; f) Remodelagem da atuação da equipe da saúde para enfrentamento da situação nutricional de escolares, em conjunto com a SME: implantação do Programa ANEE (responde, também, ao Programa Crescer Saudável e ao eixo de Nutrição Infantil do Programa Saúde na Escola, ambos do Ministério da Saúde) - atualmente com 2.230 crianças/adolescentes acompanhados integralmente quanto ao cuidado nutricional (diagnóstico, educação alimentar e nutricional e assistência); g) Ampliação da cobertura nutricional: nos últimos 4 anos (até 2019) houve um incremento de 21,6% no quadro de profissionais Nutricionistas, resultando em uma variação percentual de mais 19,8% na cobertura nutricional; h) Sensibilização dos profissionais de saúde para a adequação do acompanhamento longitudinal do crescimento</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>2. Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância</p>		<p>e desenvolvimento infantil; i) Adequação dos equipamentos utilizados para avaliação nutricional nas UBS; j) Qualificação da aferição de medidas antropométrica realizadas por profissionais de saúde para avaliação nutricional; k) Registro da informação nutricional no sistema, no prontuário e na caderneta da criança; l) Busca ativa de crianças em risco nutricional pelos agentes comunitários de saúde (ACS), através da identificação da avaliação nutricional apontada na curva de crescimento da caderneta da criança, para todas as regiões do município de São Paulo. m) Pactuação com a equipe do programa Estratégia de Saúde da Família e coordenação da atenção básica.</p>
<p>3. Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000</p>	<p>Realizados diferentes esforços, em 2019, para reduzir as taxas de mortalidade infantil e mortalidade materna: a) Realizada agilização e captação dos casos de MIF (morte de mulheres em idade fértil) junto ao Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade - PRO-AIM e distribuição imediata para as Supervisões Técnicas de Saúde dos casos recebidos, solicitando que se atenham ao prazo de 120 dias para o fechamento do caso, segundo determina a Portaria Ministerial 1.119 de 05/06/2008 (AÇÃO 1). Dos casos suspeitos de morte materna, 88,9% foram investigados e apresentados em fóruns regionais com a presença dos hospitais, com o objetivo de abordar e discutir possíveis falhas no atendimento e melhorar a qualidade do pré-natal e do atendimento hospitalar. b) Realizada reunião em conjunto com a Autarquia Hospitalar, hospitais e Serviços de Pré-Natal de alto risco onde foi tratado o tema: "Boas práticas na redução da mortalidade materna" por DHEG (Doença Hipertensiva Específica da Gravidez). c) Realizada reunião em conjunto com a Autarquia Hospitalar, para apresentação do check list de segurança no parto para os hospitais da rede municipal. d) Divulgação de nota técnica para UBS e Hospitais para orientação às gestantes e parturientes dos riscos e benefícios do parto normal e cesárea e preenchimento do plano de parto. e) Sistema de referência contra referência UBS/ambulatório de PNAR (Pré-Natal de Alto Risco) em funcionamento. Realizadas 68 ações concentradas (mutirões nas UBS) para estudo de sua fila de espera em 2018 com retirada de 170 gestantes de Alto Risco da fila de espera. Os coeficientes de mortalidade infantil e materna referentes ao ano de 2019 ainda não estão disponíveis.</p> <p>3.1. Aumentar em 100% a disponibilidade anual de métodos contraceptivos de longa duração, principalmente às mulheres em situação de alta vulnerabilidade.</p>	<p>Ampliação, em 10,2%, dos equipamentos de saúde que disponibilizam a inserção dos implantes subdérmicos e realizados treinamentos com 31 médicos/médicas, em 2019. Foi acionada também a ata de preços para aquisição de Implantes Subdérmicos: maio (1.500), agosto (1.500) e dezembro (1.500). Foram inseridos, em 2019, 1.479 implantes de etonogestrel na atenção básica. Quanto ao DIU de cobre, em 2019, foram disponibilizados para a rede 12.535 DIUs e inseridos 10.157 unidades.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
3. Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000	3.2. Apoiar iniciativas de educação entre pares de lideranças locais.	O apoio a iniciativas de educação entre pares de lideranças locais permanece um desafio para a Prefeitura.
	3.3. Realizar busca ativa que garanta a captação precoce (até a 12ª semana) das gestantes para iniciar o pré-natal.	Em 2019, do total de gestantes que foram acolhidas para o pré-natal, 86,5% tiveram a primeira consulta até a 12ª semana de gestação. Houve também aumento do número de gestantes captadas pelas equipes de Consultório na Rua, assim como o acompanhamento das gestantes vulneráveis. Especificamente daquelas em situação de rua, o monitoramento se deu no âmbito do Conselho de Acompanhamento dos Convênios (CONAC). O número de gestantes acompanhadas pelos Consultórios na Rua, no ano de 2019, foi de 21 gestantes, com 100% de acompanhamento.
	3.4. Realizar sete ou mais consultas de pré-natal para 90% das gestantes.	Do número total de gestantes que realizaram o pré-natal em 2019, 80,5% realizaram 7 ou mais consultas no Município de São Paulo. Assim, permanece o desafio de aumentar esse percentual para atingir a meta de 90%.
	3.5. Realizar a primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento por meio de consulta ou visita domiciliar.	Implementadas medidas específicas, em 2019, para garantir a realização da primeira consulta do recém-nascido na atenção básica em até sete dias após o nascimento: a) articulação das áreas envolvidas (Saúde da Mulher e da Criança) com o programa "Alô Mãe", para continuidade do monitoramento do recém-nascido de risco e implantação de controle da primeira consulta do recém-nascido de baixo risco em até 7 dias na atenção básica, em parceria com as áreas de gestão da informação, tecnologia de informação e comunicação e Autarquia Hospitalar Municipal; b) reestruturação do Programa Mãe Paulistana, em conjunto com a área de Saúde da Mulher; e c) contratação de 40 apoiadoras para atuarem nas maternidades municipais, responsáveis pelo agendamento direto da 1ª consulta do recém-nascido na atenção básica.

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>3. Reduzir o coeficiente de mortalidade infantil para menos de 10/1000 nascidos vivos e da taxa de mortalidade materna para menos de 40/100.000</p>	<p>3.6. Realizar a primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto para pelo menos 80% das mulheres.</p>	<p>Implementadas, em 2019, ações para garantir a realização da primeira consulta de puerpério na atenção básica até trinta dias após o parto: a) abertura de agenda específica no sistema SIGA para agendamento da puérpera em até 7 dias após o parto, o que resultou em aumento de 20% de consultas realizadas, entre novembro e dezembro de 2019; b) apoiadoras presentes e atuantes em 32 maternidades da rede SUS do Município de São Paulo realizando o agendamento e monitoramento da consulta de puerpério. Apesar do aumento no número de consultas de puerpério em até 30 dias após o parto, permanece o desafio de aumentar o número para alcançar a meta.</p>
<p>4. Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<p>3.7. Realizar a formação continuada dos profissionais responsáveis pelo pré-natal.</p>	<p>Realizados treinamento com interlocutores da área técnica de Saúde da Mulher das Coordenadorias e Supervisões Técnicas de Saúde em agosto de 2019, com o tema " A importância da Imunização nas gestantes", com a participação de 64 profissionais. O treinamento foi reproduzido posteriormente em 3 Coordenadorias Regionais de Saúde, sendo que, na região Sudeste, houve participação de 270 profissionais, entre médicos e enfermeiros.</p>
	<p>Percentual de gestantes adolescentes no município de São Paulo, em 2019, foi de 9,5%.</p>	
	<p>4.1. Apoiar iniciativas de educação entre pares na adolescência.</p>	<p>O apoio a iniciativas de educação entre pares na adolescência permanece um desafio para a Prefeitura.</p>
	<p>4.2. Promover formação continuada para a rede de proteção, com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.</p>	<p>Não foram realizadas, em 2019, formações com ênfase nos conselheiros tutelares, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<p>4.3. Discutir e articular as estratégias de intervenção de forma integrada promovendo as "habilidades para a vida" na rede de proteção do território com base em diagnóstico situacional de atenção ao adolescente.</p>	<p>Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da área da Assistência Social, trabalham com temáticas relativas às "habilidades para a vida". Tais ações tem por objetivo propiciar conhecimento e informação sobre direitos civis, políticos e socioassistenciais; realidade social, cultural, ambiental, política e do trabalho no território em que vivem e de instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de direitos. Além de promoção a saúde por meio de conhecimentos e informações sobre saúde sexual, DSTs, AIDS, gravidez na adolescência e uso de drogas, desenvolvendo práticas de autocuidado e do cuidado com o outro a fim de contribuir para a redução dos índices de violência entre os jovens; uso de drogas; doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, junto às outras políticas públicas.</p>
	<p>4.4. Atender a 100% da demanda por métodos contraceptivos de longa duração para adolescentes, principalmente em situação de alta vulnerabilidade.</p>	<p>Ampliação, em 10,2%, dos equipamentos de saúde que disponibilizam a inserção dos implantes subdérmicos e realizados treinamentos com 31 médicos/as, em 2019. Foi acionada também a ata de preços para aquisição de Implantes Subdérmicos: maio (1.500), agosto (1.500) e dezembro (1.500). Foram inseridos, em 2019, 1.479 implantes de etonogestrel na atenção básica. Quanto ao DIU de cobre, em 2019, foram disponibilizados para a rede 12.535 DIUs e inseridos 10.157 unidades.</p>
	<p>4.5. Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no programa Saúde na Escola.</p>	<p>Realizadas, em 2019, 470 ações sobre o tema "Direito sexual e reprodutivo/ prevenção DST/AIDS", atingindo 23.704 participantes no âmbito do Programa Saúde na Escola, além da realização, pela SME, de parcerias para o desenvolvimento de ações contra o abuso sexual, físico e psicológico de crianças e adolescentes. O Programa Saúde na Escola - PSE (Decreto Federal nº 6.286 de 05/12/2007) surgiu como uma política intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover a qualidade de vida dos estudantes por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. O município de São Paulo aderiu ao PSE em 2013 e, desde então, as equipes da atenção básica e as equipes da educação se articulam para o desenvolvimento de ações conjuntas de saúde nas Unidades Educacionais voltadas ao cuidado integral dos estudantes</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>4. Reduzir para menos de 10% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes</p>	<p>4.5. Trabalhar os direitos sexuais e reprodutivos no programa Saúde na Escola.</p>	<p>(crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública municipal). Para o biênio 2019/2020 foram cadastradas no programa 1.475 Unidades Educacionais do município de São Paulo, sendo: 1.095 CEIs; 346 EMEIs; 332 EMFs; 6 EMFMs; e 3 EJA. Referente às atividades, somamos 23.630 ações para 980.678 alunos participantes. Dentre os 12 temas prioritários do PSE, para os quais são planejadas e executadas, anualmente, ações conjuntas, de acordo com a demanda de cada território, estão: prevenção das violências e dos acidentes; prevenção de DSTs/AIDS e orientação sobre direitos sexuais e reprodutivos; e promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Além disso, foi realizada capacitação para profissionais das Secretarias de Educação e Saúde com o tema: "Métodos Contraceptivos para a prevenção da gravidez na Adolescência". Em 2019, a Secretaria de Educação contou com duas parcerias importantes (acordos de cooperação), que apoiaram as ações desenvolvidas nas temáticas prioritárias do PSE: Instituto Liberta – Projeto de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Instituto Paulista dos Magistrados - IPAM, – projeto Eu Tenho Voz, que visa desenvolver diferentes ações contra o abuso sexual, físico e psicológico de crianças e adolescentes.</p>
	<p>4.6. Abordar de forma adequada o adolescente para acesso à atenção básica.</p>	<p>Maior proximidade dos adolescentes com a atenção básica e com as unidades de saúde por meio do Programa Saúde na Escola (PSE) e da integração entre as equipes de saúde nos equipamentos de educação.</p>
	<p>4.7. Aumentar a disponibilização de preservativos em espaços públicos e particulares (centros educacionais, culturais e esportivos).</p>	<p>Distribuídos, em 2019, em espaços públicos, 22.706.360 preservativos masculinos e 586.926 preservativos femininos, registrando-se um aumento de 58,6% na distribuição de preservativos femininos, em relação a 2018.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Aumentar a prevalência de partos humanizados</p>	<p>Em 2019, ocorreram 407 partos naturais no Centro de Parto Humanizado Casa Angela, do Município, o que representou um aumento de 16,6% em relação a 2018 (349 partos). Nos 9 hospitais municipais onde estão implantadas as ações do programa "Parto Seguro", em 2019, houve uma proporção de 80% de partos normais realizados por enfermeiras obstétricas .</p>	
	<p>5.1. Capacitar as equipes de saúde e implementar protocolo para atendimento humanizado no parto.</p>	<p>Promovidos, em 2019, 12 cursos em parceria com a Escola de Saúde CEJAM e outras instituições para capacitar as equipes de assistência ao parto: 1) Partograma Humanizado; 2) Estudo dirigido de posições no parto: verticalizadas e neutras; 3) Curso de manejo e promoção ao aleitamento materno - 24h; 4) Curso Teórico DIU e Oficina prática; 5) Curso de capacitadores para prevenção de lacerações grave no períneo; 6) Comunicação não violenta e gestão de conflitos; 7) Reanimação Neonatal (recém nascidos com igual ou mais 34 semanas) - para médicos e profissionais de saúde - Realizado pela Sociedade de Pediatria de SP; 8) Reanimação Neonatal prematuro - para médicos e profissionais de saúde - Realizado pela Sociedade de Pediatria de SP; 9) Transporte do RN de Alto Risco - para médicos e profissionais de saúde - Realizado pela Sociedade de Pediatria de SP; 10) Cardiotocografia - Realizado pela empresa Panamedical; 11) Curso ALSO - Advanced Life Support in Obstetrics - Realizado pela empresa ALSO do Brasil; 12) Aula sobre hemorragia pós parto e oficina com cateter de tamponamento - realizado pela empresa Handle.</p>
	<p>5.2. Aumentar a proporção de partos normais para 65% dos partos na cidade.</p>	<p>Proporção de partos vaginais na cidade de São Paulo (rede pública e particular), em 2019, foi de 46%, já na rede SUS foi de 63,6%. Permanece o desafio de aumentar a proporção de partos normais para atingir a meta de 65% na cidade.</p>
<p>5.3. Garantir o direito de acompanhante em todos os partos em maternidades públicas e privadas, se a mulher assim o desejar.</p>	<p>Nas 9 maternidades municipais onde estão implantadas as ações do programa "Parto Seguro", 95,3% dos partos tiveram a presença de acompanhante, em 2019. Em 2018 esta proporção foi de 93,3%.</p>	

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Aumentar a prevalência de partos humanizados</p>	<p>5.4. Aumentar o número de casas de parto na cidade acopladas às maternidades.</p>	<p>Realização, em 2019, de ações integradas entre as casas de partos e as UBS do entorno para aumentar e melhorar o encaminhamento para as casas de parto do Município. Casa de Parto Sapopemba: 7 UBS envolvidas em ações conjuntas e desenvolvimento de grupos de gestantes com 3 UBS do entorno. Casa de Parto Casa Ângela: ao longo do ano, foram realizados diferentes tipos de ações nas 11 UBS da região do M'Boi Mirim, sob gestão da OSS Monte Azul: 1. Entrega mensal de folders de divulgação da Casa Ângela, incorporados nos kits de abertura de pré-natal; 2. Monitoramento das mulheres que aderiram ao programa de pré-natal oriundas das UBS de referências; 3. Elaboração de documento com orientações em forma de POP (Procedimento Operacional Padrão) com os critérios de encaminhamento das gestantes da UBS para a Casa Ângela; 4. Reunião semestral entre a Casa Ângela, Coordenação do programa Estratégia Saúde da Família, gerentes e responsáveis técnicas de cada UBS; 5. Visita monitorada dos profissionais das UBS (médicos, enfermeiros e agentes comunitários) para conhecer as instalações físicas da Casa Ângela; 6. Realização de capacitações, eventos e campanhas voltadas à saúde materno-infantil em conjunto com as UBS; 7. Oferecimento de uma bolsa por curso das oficinas do Núcleo de Ensino do NUPEC- Casa Ângela para profissionais das UBS; 8. Projeto Casa Ângela itinerante: semanalmente uma enfermeira obstetra/obstetiz da Casa Ângela participa das atividades das UBS relacionadas à saúde da mulher (grupo de gestantes, consultas de pré-natal, planejamento sexual e reprodutivo) e das reuniões de equipe, visando intercâmbio entre profissionais e divulgação da Casa Ângela para profissionais e usuários; 9. Reuniões da gerência técnica e administrativa do CPN Casa Ângela com as equipes técnicas do Hospital Municipal Campo Limpo/Parto Seguro - Mãe Paulistana com revisão periódica dos fluxos e protocolos de transferência estabelecidos; 10. Reunião trimestral para discussão dos casos das transferências realizadas com a equipe técnica da Casa Ângela e do Hospital; 11. Visita quinzenal monitorada ao hospital das gestantes que aderiram ao pré-natal na Casa Ângela – a visita será acompanhada por uma enfermeira obstetra/obstetiz da Casa Ângela e uma enfermeira obstetra do HMCL; 12. Permanência da enfermeira obstetra/obstetiz da Casa Ângela no HMCL após a transferência, por cerca de duas horas ou o tempo que for adequado de acordo com a demanda da mulher e necessidade/possibilidade do serviço; 13. Oferecimento de uma bolsa por curso das oficinas do Núcleo de Ensino do NUPEC - Casa Ângela para profissionais do HMCL.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>5. Aumentar a prevalência de partos humanizados</p>	<p>5.5. Garantir a previsibilidade de vaga em maternidade previamente definida pela grade de parto.</p>	<p>Grade de parto do Município de São Paulo discutida com a Secretaria Estadual de Saúde e com as Coordenadorias de Saúde do Município de São Paulo durante o ano de 2019. Esta discussão foi concluída nas Coordenadorias Norte, Oeste, Centro e Sudeste. Nos hospitais municipais onde estão implantadas as ações do programa "Parto Seguro", em dezembro de 2019, houve proporção de 62% de partos na referência (em 2018 esta proporção foi de 61%). Quanto às Coordenadorias Sul e Leste, o desafio é ampliar a grade em seu números de leitos obstétricos, pois houve o fechamento de 2 maternidades nestas regiões.</p>
<p>6. Garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade a gestantes e crianças de 0 a 6 anos</p>	<p>6.1. Otimizar as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) dos territórios para o cuidado em saúde conforme o perfil de cada população.</p> <hr/> <p>6.2. Desenvolver as ações na atenção básica com equidade e singularidade regionais.</p> <hr/> <p>6.3 Monitorar o fornecimento de medicamentos elencados na Rede Municipal de Medicamentos.</p> <hr/> <p>6.4. Ajustar as condições de oferta de exames à demanda segundo os protocolos de acesso.</p>	<p>O desenvolvimento das ações na atenção básica com equidade e considerando as singularidades regionais é uma das diretrizes da atuação da Saúde. A garantia do acesso aos serviços de saúde para gestantes e crianças de 0 a 6 anos se dá também por meio de mecanismos de busca ativa, que permitem a identificação de lacunas no acesso e a realização dos encaminhamentos necessários dentro da rede de atendimento e em articulação com as demais políticas.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>7. Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos</p>	<p>Casos de sífilis congênita no município de São Paulo foi de 7 casos por mil nascidos vivos, em 2019. Assim, permanece o desafio de reduzir número de casos para a meta de 0,5 casos por mil nascidos vivos.</p>	
	<p>7.1. Captar precocemente as gestantes com sífilis no pré-natal (até a 12ª semana de gestação).</p>	<p>Realizadas, em 2019, capacitações das equipes para a realização de testes rápidos de sífilis nas 6 coordenadorias regionais de saúde, reforçando a orientação de se realizar o teste no acolhimento em todas as gestante para identificação precoce da sífilis, preferencialmente antes da 12ª semana de gestação.</p>
	<p>7.2. Garantir tratamento adequado e intensificar a vigilância das gestantes com sífilis durante o pré-natal.</p>	<p>Implantadas, em 2019, medidas específicas para garantir o tratamento adequado e a vigilância de gestantes com sífilis: a) reforçado o treinamento para a realização do teste rápido e a orientação para realizá-lo precocemente, no acolhimento, para 100% das gestantes, com o objetivo de tratar precocemente a gestante e o parceiro, evitando assim a SC; b) publicada Portaria com mudança no protocolo do pré-natal determinando o rastreamento para sífilis nos 3 trimestres da gestação e não apenas em 2, como no protocolo anterior; c) reforçada, em Portaria, a autorização para que a equipe de enfermagem aplique a penicilina benzatoína em gestante com sífilis, mesmo na ausência do médico; d) realizadas reuniões nas 6 coordenadorias regionais de saúde para divulgar o protocolo e reforçar a importância da identificação precoce e do tratamento dos casos de sífilis na gestação; e) monitoramento por meio de ferramenta on line - "Monitora TV", onde os dados da gestante com sífilis e de recém;nascidos com sífilis congênita ou expostos à sífilis são acompanhados.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>7. Reduzir os casos de sífilis congênita para 0,5 casos por mil nascidos vivos</p>	<p>7.3. Garantir teste rápido para sífilis em todas as UBSs.</p> <hr/> <p>7.4. Garantir a realização do teste rápido para sífilis para 100% das gestantes quando cadastradas no pré-natal do SUS.</p>	<p>Reforçado o treinamento, em 2019, para realização do teste rápido e a orientação para realizá-lo precocemente, no acolhimento, para 100% das gestantes, com o objetivo de tratar precocemente a gestante e o parceiro, evitando assim a sífilis congênita.</p>
<p>8. Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias</p>	<p>8.1. Fortalecer a rede de apoio na comunidade e na família para detectar precocemente o sofrimento mental das gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias.</p> <hr/> <p>8.2. Articular as ações e os equipamentos de saúde mental na rede do território: UBSs, NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), CAPS IJ (Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil), Adulto e Álcool e Drogas.</p>	<p>Ampliação do número de registros de matriciamento (processo de construção compartilhada) entre os equipamentos de saúde mental e as UBSs, em 2019. Foram realizadas discussões sobre o tema com os interlocutores de saúde mental regionais, em reuniões mensais, bem como o fomento à discussão do tema nos Fóruns de Saúde Mental, realizados nas Supervisões Técnicas de Saúde e nas reuniões de equipe dos CAPS. É necessário ampliar progressivamente as reuniões de matriciamento relacionadas à saúde mental com enfoque na primeira infância.</p> <hr/> <p>Ampliação da articulação das ações e dos equipamentos de saúde mental a partir da incorporação, em 2019, da área técnica de Saúde Mental no escopo da Atenção Básica, o que possibilitou uma plena integração. Ao mesmo tempo, foram promovidas ações de educação permanente e capacitações com foco no matriciamento, assim como encontros periódicos entre a área técnica de Saúde Mental, CEInfo e Processamento para esclarecimento de dúvidas e deliberação de diretrizes para o apontamento nos sistemas de informação. Também em 2019, a rede de CAPS IJ no Município foi ampliada, com a implantação dos CAPS IJ II Ermelino Matarazzo e CAPS IJ III Cidade Dutra.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>8. Detectar precocemente o sofrimento mental de gestantes, puérperas e crianças até 6 anos e realizar as intervenções necessárias</p>	<p>8.3. Realizar vigilância das gestantes, puérperas e crianças com sofrimento mental por meio de visitas domiciliares e consultas mais frequentes.</p>	<p>Realizadas, em 2019, 01 reunião mensal por coordenadoria regional de saúde para sistematizar as discussões de casos referentes ao sofrimento mental e a realização de encaminhamentos necessários para os serviços especializados. Foram realizadas, também, sensibilizações das equipes com relação à detecção e ao acompanhamento do sofrimento mental nas visitas domiciliares e consultas de pré-natal e puericultura. É necessário ampliar progressivamente as reuniões de matriciamento relacionadas à saúde mental com enfoque na primeira infância.</p>
<p>9. Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%</p>	<p>9.1. Realizar levantamento epidemiológico para atualizar a linha de base.</p> <p>9.2. Intensificar as ações educativas de saúde bucal nas CEIs e EMEIs e em grupos de pais e responsáveis.</p>	<p>A realização de um levantamento epidemiológico sobre a saúde bucal na primeira infância, no Município, demanda um grupo de profissionais Cirurgiões Dentistas que estejam capacitados e calibrados para a realização de um levantamento dessa natureza, fato que ainda permanece um desafio para a Prefeitura.</p> <p>Em 2019, as equipes de Saúde Bucal do Programa Saúde na Escola (PSE) realizaram 5.313 ações educativas de saúde bucal em grupos compostos por 10 pessoas. Tem sido promovidos também Mutirões do ART (Tratamento Restaurador Atraumático/ <i>Atraumatic Restorative Treatment</i>), método de tratamento da cárie dentária que dispensa o uso de equipamentos odontológicos tradicionais, aprovado e recomendado pelas autoridades científicas internacionais como a Organização Mundial da Saúde – OMS e a Federação Dentária Internacional – (FDI), como forma de melhorar a saúde bucal de grandes contingentes populacionais, num espaço de tempo menor; podendo ser realizado em escolas ou em unidades de saúde.</p>
	<p>9.3. Promover ações intersetoriais para discussão e promoção da dieta não cariogênica.</p>	<p>Os profissionais das equipes de saúde bucal realizaram ações intersetoriais com outras Secretarias Municipais (SME e SMADS) por meio de grupos e rodas de conversa, abrangendo assuntos como o incentivo de crianças, pais e responsáveis ao auto cuidado, e a oferta de alimentos não cariogênicos nas refeições oferecidas nos refeitórios de EMEIs e CEIs, bem como na dieta familiar. Em 2019, foram realizadas 6.396 ações neste sentido.</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>9. Aumentar a proporção de crianças livres de cárie com idade de 1 até 6 anos em 7%</p>	<p>9.4. Intensificar as ações curativas por meio do Tratamento Restaurador Atraumático.</p>	<p>Promovidos "Mutirões do ART" em unidades escolares da rede municipal, sendo aplicado o tratamento em um total de 11.384 crianças (mais informações na estratégia 9.2, do Eixo IV).</p>
<p>10. Reduzir em 25% o coeficiente de mortalidade por acidente até 5 anos de idade</p>	<p>10.1. Garantir que todos os serviços que atendem à criança tenham suas instalações em cumprimento com as normas e requisitos de segurança existentes.</p>	<p>Atendimento aos critérios de segurança nos equipamentos da educação, conforme definido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, o Novo Código de Obras - Lei 16.6422017 e o Decreto 57.776/17. É evidente que as condições do espaço físico são essenciais para a aprendizagem dos indivíduos. Trata-se da relação entre mente e psicológico e o corpo e os ambientes físicos. Assim, a SME se preocupa com a infraestrutura escolar, pois ela é essencial na preparação do ambiente educacional. Por esse motivo, a SME segue os critérios que todos os equipamentos de SME têm que seguir para serem considerados seguros de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) NBR 9050, o Novo Código de Obras - Lei 16.6422017 e o Decreto 57.776/17. Com relação à acessibilidade, a SME desenvolveu projetos de acessibilidade dos prédios escolares, os quais visam promover tanto a adequação arquitetônica quanto a dos mobiliários e de sinalização, previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – NBR 9050/2004/2015, que aponta os critérios de acessibilidade a serem observados no planejamento do espaço escolar contribuindo para o desenvolvimento inclusivo das escolas, no sentido de efetivar o direito de acesso e de participação de todos/as. Os equipamentos construídos atualmente já atendem a estes critérios. Para saber mais sobre acessibilidade na infraestrutura, vide estratégias 2.3 e 3.2 do Eixo II.</p> <p>Em 2019, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME lançou o programa Clube Amigo da Criança. O objetivo é implementar diretrizes de proteção integral à criança e ao adolescente nos centros esportivos municipais, transformando-os em espaços seguros e acolhedores, que sejam livres de exploração, negligência e violência. Na primeira fase do projeto, ainda em 2019, foram beneficiadas 2.000 crianças e adolescentes de dez centros esportivos. Foram capacitados gestores, coordenadores de clubes e professores, num total de 210 servidores públicos. Três certificações identificam o nível das políticas de proteção à criança e ao adolescente nos centros esportivos que integram o Clube Amigo da Criança. A cada padrão atingido, o clube obterá um selo de</p>

METAS	ESTRATÉGIAS	AVANÇOS E DESAFIOS - 2019
<p>10. Reduzir em 25% o coeficiente de mortalidade por acidente até 5 anos de idade</p>	<p>10.1. Garantir que todos os serviços que atendem à criança tenham suas instalações em cumprimento com as normas e requisitos de segurança existentes.</p>	<p>certificação: SELO BRONZE - Adesão ao programa e análise de cenários e avaliação de riscos; SELO PRATA - Código de Conduta e capacitação dos servidores para identificação, abordagem e encaminhamento em caso de violação; SELO OURO – Gestão de RH, comunicação visual distribuída por todo o clube e plano de monitoramento. O Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, referência no esporte de alto de rendimento no país, está entre os 11 centros esportivos que inicialmente vão integrar o Clube Amigo da Criança. Centros Esportivos da 1ª fase de implantação do Clube Amigo da Criança: Zona Sul: • Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP) – Ibirapuera; • Mini Balneário Sinésio Rocha – Campo Limpo; • Balneário Jalisco – Vila Santa Catarina; • Centro Esportivo Joerg Bruder – Santo Amaro; Zona Leste: • Centro Esportivo José Ermírio de Moraes – Cidade Tiradentes; • Centro de Esportivo Teotônio Vila – Sapopemba; • Centro Esportivo Juscelino Kubitschek – Cidade Tiradentes; Zona Norte; • Centro Esportivo Oswaldo Brandão – Brasilândia • Mini Balneário Irmãos Paolillo – Jardim Cabuçu • Centro Esportivo Perus – Vila Perus.</p>
	<p>10.2. Oferecer formação em prevenção de acidentes para as mães durante a gestação e profissionais que atendem às crianças.</p>	<p>Realização, em 2019, pela SMS de capacitação em prevenção de acidentes dos profissionais dos 10 territórios com maior vulnerabilidade na primária infância no município, conforme definido no Programa de Metas 2019-2020. Para a formatação dos encontros do III Módulo de capacitações "Acidentes na infância e maus tratos", foram realizadas reuniões com a ONG Criança Segura.</p>
	<p>10.3. Realizar campanhas de conscientização para prevenção de acidentes na infância.</p>	<p>Realização, em 2019, de campanhas de conscientização da população sobre o tema da prevenção de acidentes na infância, de forma regionalizada. Foram realizadas também reuniões com a ONG Criança Segura e a formatação do III Módulo de capacitações "Acidentes na infância e maus tratos".</p>



**ANEXO II - PROGRAMA DE
METAS 2019-2020**

**OBJETIVO 14. REDUZIR
A VULNERABILIDADE NA
PRIMEIRA INFÂNCIA**

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

Reduzir a vulnerabilidade na primeira infância

Cidadão

Proteger

DESCRIÇÃO

Reduzir a vulnerabilidade de crianças de 0 a 6 anos nos 10 distritos mais vulneráveis para a primeira infância no município, por meio da garantia de atendimento mínimo, conforme padrão, e implementação de estratégias previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância

NÚMEROS ODS



RESPONSÁVEL

Secretaria do Governo Municipal, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação

ORÇAMENTO

	Recursos Próprios	Outros Recursos
Investimento	R\$ 205,6 milhões	-
Custeio	R\$ 823,1 milhões	-

TOTAL: R\$ 1.028,8 milhões

METAS ASSOCIADAS

- META 14.1** Atender, conforme padrão, a **80%** do total das crianças de 0 a 6 anos em situação de vulnerabilidade nos 10 distritos mais vulneráveis
- META 14.2** Reduzir a taxa de mortalidade infantil para **10,7 óbitos por mil** residentes menores de um ano
- META 14.3** Ampliar **35.157** vagas em creche

INICIATIVAS

- 14.a Promover a articulação intersetorial e a gestão integrada dos serviços e programas que atendem a primeira infância (SGM)
- 14.b Realizar ações de comunicação e orientação visando o envolvimento das famílias e da sociedade na valorização e no cuidado da primeira infância (SECOM/SGM)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 14

Reduzir a vulnerabilidade na primeira infância

Cidadão

Proteger

INICIATIVAS (cont.)

- 14.c Promover a capacitação dos conselheiros tutelares (SMDHC)
- 14.d Implementar Territórios Educadores nos distritos prioritários para a primeira infância (SMT)
- 14.e Ampliar o número de matrículas em creches, garantindo a qualidade do atendimento (SME)
- 14.f Implementar o Currículo da Cidade: Educação Infantil, desenvolvendo programa de formação continuada para os Supervisores Escolares, Diretores de Escola, Coordenadores Pedagógicos e Docentes (SME)
- 14.g Ampliar o programa Minha Biblioteca para a educação infantil (SME)
- 14.h Reduzir a desnutrição de gestantes e crianças de 0 a 6 anos e a obesidade na primeira infância (SMS)
- 14.i Implementar a fase II do programa Leve Leite (SMADS)
- 14.j Ampliar serviços de acolhimento familiar, implantando 1 convênio por cada macroregião, totalizando 5 convênios (SMADS)
- 14.k Realizar visita domiciliar com atenção integral e integrada para atendimento da população na primeira infância e suas famílias, em situação de vulnerabilidade (SMS e SMADS)
- 14.l Instalar espaços lúdicos e educativos para crianças de 0 a 6 anos em equipamentos culturais localizados nos distritos prioritários para a primeira infância (SMC)
- 14.m Ampliar e qualificar a assistência à gestação, ao parto e ao recém-nascido, articulando a Rede de Atenção Básica e de média e alta complexidade (SMS)
- 14.n Attingir a cobertura vacinal de 90% para as vacinas BCG e Rotavírus e de 95% para as vacinas Poliomielite, Pentavalente, Pneumocócica 10 V, Meningocócica C Conjugada, SCR e Hepatite nas crianças com menos de 2 anos de idade no município (SMS)
- 14.o Reordenamento e implantação de novas unidades de SAICAs (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes) (SMADS)
- 14.p Assegurar estrutura necessário para o funcionamento dos Conselhos Tutelares (SMSUB)



**PRIMEIRA
INFÂNCIA**



**CIDADE DE
SÃO PAULO**